



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1387/05	DATA: 15/9/2005
INÍCIO: 14h00min	TÉRMINO: 18h00min	DURAÇÃO: 04h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h	PÁGINAS: 90	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOSÉ GENOÍNO – Ex-Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há termos ininteligíveis. Há falhas na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Solicito à Secretária que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, uma vez que a ata já foi distribuída com antecedência a todos os Srs. Deputados, requero a dispensa da sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Gostaria de, dentro do expediente, informar aos Srs. Deputados que encaminhei a todos resposta a questão de ordem do Deputado Josias Quintal.

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade a produção de prova testemunhal, com a oitiva do Sr. José Genoíno Neto, arrolado como testemunha pelo Relator, Deputado Júlio Delgado. Estão presentes também os advogados do Deputado José Dirceu.

A respeito do depoimento da testemunha, tenho alguns esclarecimentos a fazer ao Plenário, de acordo com o que dispõe o art. 12 do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A testemunha prestará compromisso e falará somente o que lhe for perguntado. Após, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para as perguntas que poderão ser feitas nesse momento e a qualquer momento que entender necessário. Após o Relator, será dada a palavra ao procurador do representado. Posteriormente, chamarei os Srs. Deputados. Cada um terá 5 minutos, seguindo a ordem de inscrição na Mesa dos trabalhos.

Antes de ouvirmos, inicialmente, as palavras do ex-Deputado José Genoíno, eu gostaria de ler o termo de compromisso:



“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 4, de 2005, Representação nº 38, de 2005, do PTB, movido contra o Deputado José Dirceu.

Sala das reuniões, 15 de setembro de 2005.

José Genoíno Neto.”

Com a palavra o ex-Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, nobre Deputado Ricardo Izar; Sr. Relator, nobre Deputado Júlio Delgado; Sras. e Srs. Deputados; profissionais da imprensa; meus amigos e minhas amigas; companheiros e companheiras, quero, sucintamente, registrar a atitude respeitosa e democrática do Presidente desta Comissão, Deputado Ricardo Izar. Ao realizar o convite, de pronto aceitei a data, o dia e a hora deste depoimento. Quero fazer este registro da atitude respeitosa e democrática do Presidente do Conselho de Ética. Quero dizer aos Deputados e às Deputadas que exatamente há 37 anos conheci o Deputado José Dirceu. Conheci-o numa manifestação de massa, em São Paulo, na Rua Maria Antônia. E nesta manifestação eu fui preso, pela primeira vez na minha história, pelo regime militar. E essa prisão produziu um processo que gerou a minha condenação, à revelia, e a do então líder estudantil de São Paulo José Dirceu. Nessa época, eu era representante dos estudantes do Ceará. Foi assim que nasceu o meu conhecimento com o companheiro José Dirceu, na luta, num processo, numa condenação à revelia. Depois, na organização da UNE, do Congresso de Ibiúna, das manifestações no período de 68; passamos um longo período — eu, na clandestinidade, e o companheiro José Dirceu, no exílio e na clandestinidade — sem contato. Nos reencontramos na fundação e organização do Partido dos Trabalhadores. E, nesse reencontro, sempre tivemos uma relação política respeitosa, de confiança, franca, de um militante político que sempre batalhou por idéias, por causas, por objetivos, seja na organização do PT, seja agora na sua função, após a vitória do companheiro Lula, Presidente da República, como Ministro-Chefe da Casa Civil. Uma relação —



faço questão de registrar perante o Conselho de Ética — de uma pessoa corajosa, transparente, um lutador de idéias, que sempre teve, em toda a sua história política, disputando posições e idéias, sempre no voto, sempre de maneira franca, transparente e sincera. Estou aqui na condição de testemunha para dizer a verdade, somente a verdade, sobre os fatos de que tenho conhecimento. E estou à vontade, porque estou cumprindo um dever constitucional. Vivi nesta Casa durante 20 anos. Conheço a maioria dos Srs. e das Srs. Deputadas. Todos também aqui me conhecem relativamente a esse processo, seja de relações individuais, pessoais, seja de relações políticas, que sempre tive um relacionamento, ou na divergência ou no consenso, de maneira respeitosa com esta Instituição e com seus integrantes. E é nessa condição que estou aqui, deixando os senhores e as senhoras à vontade para que possamos fazer esta audiência sem nenhum tipo de constrangimento. Não estou aqui constrangido. Estou aqui de livre e espontânea vontade, cumprindo um dever que sempre assumi publicamente, seja como Presidente do Partido dos Trabalhadores, seja na condição de ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores à disposição das investigações. Quero ainda ressaltar que, nesse período relatado, nesses fatos que são objeto da investigação das CPIs ou do Conselho de Ética, convivi com o então Ministro José Dirceu um período de intensa disputa política na realização do Governo do PT, do Governo do Presidente Lula, seja na viabilização de um projeto de Governo comprometido com a mudança e com a transformação do País, vivendo a contradição entre os nossos sonhos, os nossos objetivos e a realidade de realizar concretamente esses sonhos. E fizemos isso com êxito, na minha avaliação, seja na condução da economia do País, seja na condução dos programas sociais que estão incluindo pessoas pobres e distribuindo renda no País, seja na recuperação do Estado brasileiro, na recuperação do prestígio e da força nas relações internacionais, seja na agenda legislativa intensa, polêmica e complexa que nós trabalhamos aqui no Congresso Nacional. Das emendas constitucionais — a mais importante foi a da Previdência — até os projetos de lei, que foram objeto de intenso debate e de acordos políticos que o PT, e na condição de Presidente, participou na maioria desses debates e desses acordos políticos no Congresso Nacional. Quero deixar claro que, desses acordos políticos que o PT



participou, seja no PT, seja na relação com os partidos que integraram a base aliada, nunca o PT participou, discutiu ou ouviu falar de troca de apoio ao Governo por vantagens financeiras. Construiu uma maioria no Congresso, que é um dos pressupostos de um Governo democrático na democracia; foi um esforço extraordinário, porque a vitória do PT com a eleição do Presidente Lula não produziu uma maioria congressional. O nosso sistema político-eleitoral não está organizado para construir maiorias; este é um processo estrutural que todos os Governos enfrentaram no último período, principalmente da Constituinte até hoje. Daí a importância da discussão da reforma política e da reestruturação de um processo político-eleitoral baseado no princípio da construção de maiorias políticas. E o processo que existe hoje não é orientado para construir maiorias políticas. E essa tarefa foi dura, intensa, relativamente difícil. E, na condição de Presidente do PT, é público, os senhores e as senhoras acompanharam o debate que realizamos dentro do PT, inclusive com divergências públicas sobre assuntos e temas da agenda do Governo e da agenda do Congresso Nacional. Também em relação à condição de um partido vitorioso, que não saiu das urnas com maioria congressional, construir essa maioria exigiu do Partido dos Trabalhadores um processo intenso de disputa na sociedade e disputa no Congresso Nacional, particularmente tendo em vista as eleições de 2004, para aumentar a influência do partido, para aumentar a representação do partido, o que foi conquistado com 403 Prefeituras; dobramos o número de Vereadores, dobramos o número de Municípios e realizamos alianças que, a partir de 2002, significaram uma ampliação e uma flexibilidade do partido para construir uma política de aliança no País, seja nas eleições municipais, seja na sustentação política do Governo. E essas alianças se pautaram por agenda programática, por objetivos políticos, e nós realizamos isso no PT e na relação do PT com os partidos aliados. Quero, finalmente, informar ao Conselho de Ética que o processo que nós construímos sempre foi marcado e dirigido por uma agenda, por um projeto político que, no primeiro ano, foi arrumar a casa; no segundo ano, foi iniciar o crescimento econômico sustentável, com estabilidade, para produzir renda e geração de emprego. E a disputa de 2004 era importante para alterar a correlação de forças e podermos avançar mais em 2005 e 2006 e acumular forças para ter uma



disputa mais favorável em 2006, na disputa presidencial. Construimos esse caminho com dificuldades, com muita luta e com muito debate. E foi essa agenda que dominou a vida do PT e a relação do PT com o Governo. Na construção dessa agenda, a relação do PT com o Governo sempre foi uma relação tensa e dialética, para construir a autonomia do partido e, ao mesmo tempo, ser um partido de Governo. Uma prova desse esforço foi quando todos os Ministros que integravam a Executiva Nacional se afastaram da Executiva Nacional, inclusive o Ministro José Dirceu, que era então Presidente do partido. Mas também os Ministros Luiz Dulci, Humberto Costa, o Assessor de Política Internacional Marco Aurélio Garcia, que se afastaram da Executiva para que a Executiva e as decisões da Executiva Nacional tivessem a sua autonomia clara do ponto de vista da condução executiva do partido, na medida em que esses dirigentes, integrantes do Diretório Nacional, participavam dos debates, das decisões mais gerais do partido no âmbito do Diretório Nacional. Foi esse esforço que nós construimos e essa relação que vamos evidentemente responder as várias questões e detalhá-las. Ela representou, no meu modo de entender, vitórias importantes. Tenho, na condição de ex-Presidente do PT... e saí da Presidência do PT no dia 8 de julho. Presidi o PT durante todo o ano de 2003 e 2004 e saí no dia 8 de julho de 2005, em primeiro lugar, por falta de condições políticas — percebi que, para presidir o PT, eram necessárias certas condições políticas — e, em segundo lugar, para que uma nova direção assumisse o PT com agenda para enfrentar melhor a crise e se preparar para a próxima disputa importante no partido, que é a eleição direta que iremos realizar no dia 18 de setembro, próximo domingo. A minha posição é de militante de base do partido. Deixei o Diretório Nacional. Não estou integrando nenhuma das chapas. Na condição de militante, quero registrar a minha confiança, a minha fidelidade e a minha lealdade ao Partido dos Trabalhadores. E a minha confiança, o meu respeito e a minha esperança nos grandes êxitos do Governo Lula e no que nós ainda vamos realizar neste mandato presidencial. Por isso, Sr. Presidente, nobre Relator, deixo o Conselho à vontade para cumprir agora a fase de responder às perguntas das Sras. e dos Srs. Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço, e com a palavra o nobre Relator, Deputado Júlio Delgado. Em seguida, ouviremos as palavras e as perguntas dos Deputados, do representado, do Dr. José Luís Lima e do Dr. Rodrigo.

Concedo a palavra ao nobre Relator, o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Sr. Deputado José Genoíno, permita-me que assim o chame. Sua longa convivência nesta Casa habilita-o ao título e força-nos a reconhecê-lo como colega. Dessa forma, vou me encaminhar a S.Exa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Srs. Advogados, Dr. José Luís, Dr. Rodrigo, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, companheiros da imprensa que estão colaborando com os nossos trabalhos, preliminarmente, sem entrar no questionamento ao Deputado José Genoíno, quero citar que S.Exa. teria sido convidado na representação movida, através de um requerimento, no processo do Deputado Roberto Jefferson, mas não foi possível. S.Exa. não foi arrolado nem pela defesa e muito menos pela representação do PTB. Foi iniciativa da Relatoria, e agradeço-lhe a vinda espontânea ao Conselho para prestar os esclarecimentos.

Em função do que foi dito ontem aqui, da liminar concedida a alguns Parlamentares pelo Supremo Tribunal, quero dizer que quando fiz o julgamento com relação ao Ato nº 17 da Mesa, preocupei-me que alguns princípios do *caput* não foram citados. Então, encaminho ao Presidente 3 questionamentos rápidos para que, se for da sua conveniência, possamos fazê-los em nome do Conselho.

A liminar em questão foi concedida sem que fosse ouvida a Câmara dos Deputados. Não consta da decisão nenhuma evidência de que foram solicitadas informações à Câmara pelo Ministro Nelson Jobim. A liminar foi, então, concedida *inaudita altera pars*, porque ela foi concedida abruptamente pelo Presidente do Tribunal, sem que se procedesse à distribuição e à escolha de Relator, como é de praxe pelo Supremo Tribunal Federal.

Quais as providências adotadas pela Casa para contestar a referida decisão? Foi impetrado algum recurso ao Tribunal Pleno?



O Deputado José Dirceu, conforme noticiado na imprensa, pediu a extensão da liminar em questão para o processo ora em curso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O Supremo Tribunal Federal tem de estar ciente de que a representação, neste caso — esta em tela —, não é representação pessoal, é de partido político, não sujeita, portanto, às disposições do Ato da Mesa nº 17, devendo ser enviada diretamente ao Conselho. Quais as providências adotadas pela Casa para esclarecer essa peculiaridade do caso junto ao Tribunal?

Faço esses 3 questionamentos e os encaminho ao Presidente do Conselho por quê? Qualquer atitude protelatória e demora com relação à satisfação da sociedade da representação ou das representações que forem encaminhadas pela CPI, por meio da Corregedoria, não podem ser atribuídas a este Conselho, muito menos ao Poder Legislativo, à Câmara dos Deputados.

Deputado José Genoíno, o senhor, depois de uma longa carreira como Deputado Federal, foi escolhido pelo seu partido para ser candidato do PT ao Governo do Estado de São Paulo. Não teve sucesso na eleição, mas seu partido ganhou a Presidência da República. Seu partido ganhou o prêmio maior. O senhor era, à época da montagem do Governo, um dos próceres do PT, por conseguinte um ministeriável. Salvo engano, em certo momento, o Presidente Lula teria afirmado que *“o companheiro José Genoíno terá o Ministério que quiser em um Governo do PT.”* No entanto, para surpresa dos mesmos e daqueles que não estavam informados acerca das peculiaridades internas do Partido dos Trabalhadores, o senhor não foi escolhido para compor a linha de frente do Governo, o senhor foi convidado para ser Presidente do Partido dos Trabalhadores.

O senhor poderia nos esclarecer como se deu essa colocação como ministeriável em qualquer parte do Governo à transferência da sua escolha para a Presidência do Partido dos Trabalhadores?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Na verdade, eu fui convocado pelos dirigentes do partido, após a eleição em São Paulo e no processo de início de montagem do Governo, para assumir a presidência do partido. A presidência do partido não estava nos meus planos, nem eu reivindicava qualquer Ministério naquele momento. O que existia eram especulações. Ao assumir a presidência do PT, foi anunciada em



dezembro e assumi em janeiro, foi uma decisão de missão perante meus companheiros. Quero deixar claro aqui: durante o período de Deputado Federal, eu fazia uma carreira política basicamente como Deputado. Ao assumir a condição de candidato ao Governo de São Paulo, eu passei a trabalhar, deixando de ser Deputado e concorrer à Câmara Federal, para o projeto político de eleger o Lula Presidente da República. Considerando que São Paulo era maior colégio eleitoral, era fundamental que eu fosse para o segundo turno. Todos sabem a razão da importância de estar no segundo turno em São Paulo. Portanto, assumir a presidência do PT foi uma decorrência dessa minha disposição, porque sempre na minha história política esteve presente aceitar desafios. Eu assumi a presidência do PT de comum acordo com todos os dirigentes do partido, do Diretório Nacional. Eu fui aclamado Presidente do PT no Diretório Nacional numa reunião de dezembro e assumi efetivamente a partir de janeiro de 2003.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor afirma que o fato de ser do mesmo grupo do chamado Campo Majoritário teria sido decisivo na escolha de V.Exa. para ser o Presidente do partido?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Olha, Deputado, eu participei da chapa do Campo Majoritário na eleição direta de 2001. E no Diretório Nacional do PT os dirigentes são eleitos diretamente. O Presidente é eleito diretamente e os integrantes do Diretório são eleitos diretamente. Depois, o Diretório é que elege a Executiva. Portanto, eu fui praticamente aclamado no Diretório Nacional na última reunião no fim de dezembro. E sempre foi na história do PT, como em qualquer partido, quer dizer, a chapa majoritária, na eleição do Diretório Nacional, tinha a legitimidade para propor ao Diretório Nacional um nome para Presidente do partido. Mas fui aclamado por todas as correntes. Não houve nem votação quando foi comunicada a minha condição de Presidente. Tinha consciência de que estava assumindo numa transição, porque não fui eleito pelo voto direto. O PT é o único partido do mundo que tem eleição direta para os dirigentes. Eu não fui eleito por voto direto, fui aclamado no Diretório Nacional. E passei a dirigir o partido quando a Executiva Nacional já tinha sido eleita no Diretório Nacional antes da minha aclamação. E durante o ano de 2001 e 2002, eu fiquei licenciado da Executiva Nacional, porque era candidato a Governador de



São Paulo. Comecei uma campanha com 4% e sempre fiquei em terceiro lugar. Fui para o segundo turno na última semana praticamente, e fiquei em segundo lugar no segundo turno. Portanto, é claro e legítimo que a força majoritária indicasse o Presidente. Mas não houve votação, porque houve um consenso e uma aclamação quando eu assumi a presidência do partido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em função desses fatos alegados por V.Exa., nós podemos afirmar ou concluir na existência da Executiva, na continuidade da Executiva, a aclamação pelo Diretório, que a indicação de V.Exa. seria a continuação da administração anterior?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Cada Presidente do PT tem a sua maneira, tem o seu estilo, tem o seu perfil. O Diretório Nacional tinha sido eleito em 2001. O número de membros, as chapas, a composição da Executiva já estava decidida, democraticamente, pela eleição direta de 2001. E é claro que eu, na presidência do PT, tinha novas tarefas, novas, inéditas, complexas. Primeiro, por ser partido de Governo, era um desafio monumental; segundo, combinar ser um partido de Governo e, ao mesmo tempo, manter a nossa relação com a base social e política do PT; terceiro, mediar no PT as nossas relações internas dentro de uma pluralidade, que é uma virtude do PT, que são as tendências, mas agora na condição de Governo. Tanto que o primeiro embate que eu tive que conduzir no partido foi interno, em relação à emenda ao art. 192 da Constituição Federal. Portanto, não era mera continuidade, porque existia uma situação nova, uma agenda nova, problemas novos, que exigiam soluções novas por uma realidade totalmente diferente, que era o fato de o PT ser Governo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Antes de V.Exa. assumir a presidência do PT, o partido era dirigido pelo Deputado José Dirceu. O senhor sabe que ele foi um Presidente centralizador, tinha um controle completo da máquina administrativa. Mesmo como candidato a Deputado Federal, coordenou a campanha do Presidente Lula. Pergunto: tivemos depoimentos aqui, principalmente o de ontem, do Sr. Fernando Moraes, que nos informaram que o Deputado José Dirceu é uma pessoa muito preocupada, muito diligente, que se dedica muito às suas causas e às suas tarefas. Sabe-se que o atual Presidente do PT, o Ministro Tarso Genro, desistiu



de concorrer à presidência do PT em razão de um litígio na formação da chapa do Campo Majoritário. Isso demonstra, de uma forma insofismável, o prestígio do Deputado José Dirceu, gozando junto aos seus companheiros de partido do campo que representa. O senhor concorda com essa avaliação?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em primeiro lugar, Deputado Júlio Delgado, a própria história do Deputado José Dirceu mostra que ele é uma liderança com influência política. E essa influência política foi conquistada, nunca foi imposta, nunca foi centralizada, tudo foi disputado no voto, no debate e nas idéias. Em alguns momentos na vida do PT, ele foi minoria — é importante deixar isso claro. O Zé Dirceu perdeu uma eleição para Liderança da bancada, quando eu era Deputado, para o Deputado Wladimir Palmeira. O Zé Dirceu perdeu a eleição para o Diretório Nacional na preparação da campanha do Lula de 1994. E a campanha do Lula para 1994 não foi conduzida pelas opiniões, pelas idéias do Ministro José Dirceu, do então Ministro Deputado José Dirceu, porque ele perdeu no voto. Portanto, o Ministro José Dirceu sempre foi um lutador de idéias — perdeu no voto e ganhou no voto — e sempre foi uma pessoa de posições claras e transparentes. Cada Liderança do PT, ou de qualquer partido, tem seu estilo, tem sua maneira de dirigir, tem sua maneira de fazer política. E sobre esse último episódio com o ex-Ministro Tarso Genro, eu não estou mais na direção do partido, não vou concorrer à direção do partido e sobre ele eu não tenho como opinar, nem tenho conhecimento, porque não participei dessa polêmica a que V.Exa. se refere.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Com relação à história do Deputado José Dirceu, nós tivemos aqui ontem o depoimento do jornalista Fernando Moraes, da sua trajetória, mas eu falo do período em que assumiu a presidência. Sabe-se que o Campo Majoritário foi amplamente majoritário dentro do PT para poder impor as suas decisões sem que, inclusive, tivesse contestação e discussão da escolha de candidato a Presidente da Mesa, da escolha de candidatos aos cargos que tinham representação, e que esse controle da máquina administrativa, no período da presidência, e depois transferida a V.Exa. pelo Deputado José Dirceu, teria sido uma coisa muito contundente, esse prestígio que ele goza com outros companheiros justamente nesse período. E, em função disso, a gente tem uma realidade, porque,



se ele não teve toda essa força como Presidente do PT, ele coordenou a campanha do Presidente Lula, participou das negociações e das coligações que formataram. Eu lhe pergunto: o Deputado José Dirceu era um administrador influente; depois, como Presidente de partido a quem nada passava despercebido. De outro lado, sabemos que, após estar afastado há tanto tempo da direção do partido, o Deputado José Dirceu ainda voltou com muita influência, porque esse foi o motivo, apesar de V.Exa. estar afastado, que fez com que o então Presidente Tarso Genro se afastasse da disputa ou do encabeçamento da chapa do Campo Majoritário. O Ministro Tarso Genro se afastou mesmo tendo servido ao mesmo período que serviu o Deputado José Dirceu. Então, o Deputado José Dirceu não exercia influência sobre o partido justamente neste interregno. Ele teve influência como Presidente, voltou a ter profunda influência no dia seguinte à sua saída do Ministério, e neste período ele não tinha influência sobre Delúbio Soares, Tesoureiro do partido, Silvio Pereira, Secretário do partido, Marcelo Sereno, assessor de comunicação ou representante da área de comunicação do partido, todos homens de confiança do Deputado José Dirceu no período da sua presidência. Transferiu a presidência para V.Exa. e essas pessoas continuaram. Só vieram a sair com a crise que foi deflagrada. Montaram essas pessoas um vergonhoso esquema de corrupção, de repasse de recursos que eu não quero aqui chamar de mensalão, mas de repasse periódico de recursos para Parlamentares, seja para transferência de partido, seja para despesas pessoais, seja para pagamento de dívidas de campanha. E de uma forma muito inexplicável, nesse interregno, o Deputado José Dirceu deixou de ter influência e voltou a ter imediatamente após a sua saída do Ministério. Como se explica essa perda da influência, se as pessoas se mantiveram no período em que ele não estava na presidência do partido?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Júlio Delgado, no meu conhecimento — vou ser muito franco e transparente para V.Exa. e para os membros do Conselho de Ética —, em primeiro lugar, o período em que o companheiro José Dirceu foi Presidente do partido não foi todo o período do chamado Campo Majoritário, até porque nem existia quando ele assumiu a presidência do partido pela primeira vez, em 1995. E a primeira vez que ele ganhou a eleição para Presidente do PT foi por 7,



8, 10 votos, parece-me. Portanto, o Campo Majoritário não existia durante um bom período em que o companheiro José Dirceu foi Presidente do partido. Em segundo lugar, os estatutos do partido, que são a Constituição do partido, deixam muito claro que os dirigentes do partido são eleitos democraticamente pelo Diretório Nacional. Eles não são indicados por outro dirigente; não existe uma relação de hierarquia entre o Presidente do partido e esse ou aquele dirigente. O Diretório Nacional é eleito proporcionalmente, como vai acontecer no próximo domingo, e esse Diretório elege proporcionalmente as chapas, 10%, 15%, 20%, e esse Diretório elege os membros da Executiva. O Presidente do partido não indica membros da Executiva, ele não nomeia membros da Executiva. São eleitos e têm número de votos de acordo com o número de votos que têm na chapa, junto aos filiados. Portanto, a influência política desse ou daquele dirigente é produto não de hierarquia, não de nomear, de indicar; é produto, em um partido político como o PT, de disputa de idéias, de teses, de debates, de posições — e os nossos debates e as nossas posições sempre foram públicas. E em vários momentos o então Ministro José Dirceu e Deputado José Dirceu deixou claras as suas posições. No próprio II Congresso do partido, que se realizou na terra de V.Exa., em Belo Horizonte, ele deixou muita clara a posição dele sobre o tema que dividiu o partido naquela época, o chamado, o famoso “*Fora FHC*”, que ele era contra e defendeu. E disse, inclusive, que não tinha condições de continuar na presidência se passasse, no II Congresso do partido, a palavra de ordem “*Fora FHC*”. Portanto, a legitimidade do então Presidente José Dirceu era por disputa política que ele fazia na sociedade, junto aos filiados e aos militantes. No PT não tem essa relação de hierarquia. E eu, que presidi o PT durante 2 anos e meio, nunca indiquei esse ou aquele dirigente. Os dirigentes são eleitos pelo Diretório Nacional. O Silvio Pereira foi eleito pelo Diretório Nacional; o Delúbio foi eleito pelo Diretório Nacional, após a eleição direta dos filiados; o Marcelo Sereno foi eleito pelo Diretório Nacional e depois eleito, no Diretório Nacional, para a Secretaria de Comunicação. Eu não fui eleito pelo voto direto porque eu não fui candidato a Presidente, mas eu fui aclamado pelo Diretório Nacional. As pessoas são eleitas. O Presidente não indica este ou aquele funcionário. Os dirigentes do PT não são funcionários do Presidente. Não têm essa



relação funcional. Portanto, eu quero deixar, neste depoimento, essa questão clara para V.Exa. e, com a minha liberdade de testemunha, registrar que não concordo com o termo usado por V.Exa. para se referir ao Sívio Pereira e ao Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Podemos concluir, então, Deputado Genoíno, que infelizmente o Deputado José Dirceu tenha feito falta ao PT, porque justamente no período em que ele esteve fora da presidência e exercendo a função da Casa Civil é que seus companheiros, com V.Exa. na presidência, fizeram todos os desmandos de que a sociedade tem conhecimento. Infelizmente, é essa a conclusão que a gente tem, de que, nesse interregno, o Deputado José Dirceu perdeu a influência no PT e, justamente nesse momento, o PT, através de uma confusão de projeto de Governo com projeto de poder, sobrepujou as ações e as competências que ele tinha como partido político. O Deputado José Dirceu, então Ministro da Casa Civil, não teve nenhuma influência. Os seus companheiros do Diretório e da Executiva, que faziam, naquele momento, parte do mesmo grupo político dentro do PT, agiram à revelia dele, como Chefe da Casa Civil, e, pelo que a gente tem conhecimento, à revelia de V.Exa., como Presidente do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Júlio Delgado, na minha condição e respeitosamente, como testemunha, eu quero dizer a V.Exa. que, primeiro, a influência política, num partido ou em qualquer lugar, democraticamente, ela é conquistada, ela é construída. Em segundo lugar, V.Exa. conheceu, durante um período, porque era Líder de um partido que integrava a base de apoio do Governo, como nós discutíamos idéias, propostas, emendas aglutinativas, negociações. E o próprio o Ministro José Dirceu, como coordenador político do Governo, tinha intensa atividade, como eu tinha intensa atividade. Portanto, eu quero deixar isso claro, respeitando, mas divergindo das conclusões que V.Exa. está tirando.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vamos passar para o período em que V.Exa. esteve à frente da presidência do Partido dos Trabalhadores. O senhor tem afirmado que, na presidência do Partido dos Trabalhadores — são afirmações de V.Exa. na imprensa e nos depoimentos —, apenas cuidava dos interesses políticos do partido, que não cuidava da gestão financeira. Cuidar é uma coisa; outra coisa é



ter conhecimento. O senhor já ouviu falar que um presidente de uma empresa bem-sucedida tenha conhecimento somente da parte do funcionamento da empresa e não das finanças dela? O senhor já ouvir falar que isso seria possível? O senhor não tinha conhecimento, e cuidava das questões políticas — nem conhecimento, nem cuidado?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Júlio Delgado, um partido é diferente de uma empresa. Numa empresa funcionam o sistema de hierarquia e o sistema de comando verticalizado. O partido, e no caso do PT, que eu expliquei aqui, tem uma direção colegiada eleita pela base e, depois, eleita pelo Diretório Nacional para compor a Executiva. No meu período na presidência do PT, pelo Estatuto, art. 2º, § 1º, eu tinha a responsabilidade política de conduzir o partido na relação com os Estados, na relação com a sociedade, na relação com os demais partidos, na relação com os movimentos sociais. Essa era a minha missão política. E os diferentes Secretários são eleitos pelo Diretório Nacional com funções específicas. Portanto — e eu aproveito até para já esclarecer essa questão —, no caso da Secretaria de Finanças e Planejamento, o Secretários de Finanças e Planejamento tem funções definidas no Estatuto, e ele é eleito para planejar, para executar e para ordenar despesas do partido, assim como o Secretário de Organização, o Secretário-Geral, o Secretário de Formação, o Secretário Sindical. O Presidente do partido não exerce uma hierarquia em relação às secretarias. Portanto, a minha função era essa. A parte do planejamento, da organização financeira, era de competência da Secretaria de Planejamento e, numa relação de confiança entre os integrantes da Executiva Nacional, o Presidente trabalha de comum acordo. Até porque a Executiva é composta proporcionalmente. Se tem um Secretário que é de uma posição diferente da do Presidente, ele tem que respeitar aquelas posições. Portanto, esse é o esclarecimento que eu dou a V.Exa., no âmbito do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para conversar, negociar com os partidos aliados, viajar para os Estados, fazendo as negociações eleitorais, nas eleições, por exemplo, de 2004, para se movimentar politicamente, para contratação de assessoria, de pesquisa, não era importante saber como estava a saúde



financeira do partido? V.Exa. não tinha nem conhecimento da saúde financeira do partido? V.Exa. agia como Presidente e tinha despesas financeiras. Um jantar é despesa, que pode ser contabilizada em qualquer evento. V.Exa. não tinha interesse, ou por não ser prerrogativa, das dívidas e dos comprometimentos financeiros do partido para exercer as suas funções?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Júlio Delgado, eu, sinceramente, participei de poucos jantares, de poucas festas. Inclusive aqui em Brasília em nenhuma das vezes. De poucos jantares e poucas festas. A maioria dos almoços que eu realizava era na sede do PT, e buscava um almoço ali perto da sede do PT. O pessoal sabe disso. Até os jornalistas que estão aqui — alguns dos que estão aqui, eu estou olhando — quando eu chamava para almoçar, era na sede do PT. E o pessoal até me perguntava por que eu, o PT no Governo, continuava morando no mesmo hotel que eu moro desde quando fui Deputado, perguntava por que eu não tinha trocado de hotel. E sabiam onde me encontrar e como me reunir. Portanto, em primeiro lugar, minhas despesas no partido eram despesas modestas, até porque, quando eu assumi a presidência do PT, eu sobrevivia com o salário de Deputado de 2002, salário esse que foi registrado na minha Carteira do Trabalho, e que agora eu rescindi o contrato, porque eu pedi demissão e o PT me demitiu. Está certo? E vivia com o salário de 2002, não de 2003, nem 2004. E, em relação às finanças do partido, o partido tinha dificuldades, e essas dificuldades o partido buscava resolver. Primeiro, o Fundo Partidário e as contribuições parlamentares, elas tinham como base 98 e não 2002. Isso só foi normatizado bem na frente, lá para maio, abril de 2003. Em segundo lugar, porque os Estados, e na minha relação com os Estados, os Estados manifestavam os problemas, endividamento, e a minha função era encaminhar para a Secretaria de Finanças e Planejamento. Em relação ao planejamento para as eleições de 2004, a minha função era exclusivamente política. Eu vou citar um exemplo que V.Exa. conhece muito bem. O PT tomou a seguinte decisão: apoiar os partidos que integram a base de apoio do Governo Lula. E no segundo turno, quando o partido aliado vai para o segundo turno, o PT, nacionalmente, era obrigatório apoiar o aliado. E eu cito o exemplo da cidade de Juiz de Fora. O PT era contra apoiar o candidato do PTB. O PT era contra. Muitos



dirigentes do PT eram contra. Eu fui criticado pelo ex-Presidente Itamar Franco. E V.Exa. sabe como eu apoiei, botei minha cara para defender o então candidato do PTB em Juiz de Fora contra o meu partido, local. A mesma coisa aconteceu em Piracicaba, com o candidato do PPS e o candidato do PSDB. E eu me indispus com o partido local, porque havia uma deliberação em relação ao partido aliado. E fazia isso, Deputado. A minha missão no PT era política, porque quando eu assumi a presidência do PT, e o PT sabe disso, e está me ouvindo agora, e sabe disso no Brasil inteiro, que eu não cuidava executivamente de cargos da administração do PT nem das finanças do PT. Não cuidava. Porque a minha concentração era na agenda política, intensa, complexa, difícil, e que exigia muito de mim. Portanto, eu estou dizendo absolutamente a verdade para V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sei que V.Exa. está dizendo a verdade, até porque o PT apoiou uma chapa, no primeiro turno, em Juiz de Fora, e eu apoiei a candidatura do candidato então apoiado pelo Prefeito atual, meu pai, V.Exa. conhece, Tarcísio Delgado. E no segundo turno ...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nós estivemos juntos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...tanto o PT quanto nós estivemos na campanha de um candidato da base, que era o candidato do PTB, talvez pedido pelo então Deputado Roberto Jefferson, porque o PTB fazia parte da base aliada. É importante deixar isso bem claro e registrado. Nós apoiamos esse candidato no segundo turno contrariando vários desejos.

O PT, no período em que V.Exa. esteve na presidência, não realizava reuniões da Executiva, principalmente dos gestores financeiros, para tomar as decisões que seriam levadas a cabo nas despesas? No caso, devemos concluir que o Sr. Delúbio, o tesoureiro, agia, apesar das decisões do PT serem todas democráticas e votadas, como V.Exa. disse aqui, ele agia absolutamente sozinho?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A Executiva Nacional se baseava nas resoluções do Diretório Nacional. E eu tenho aqui, nobre Relator, Deputado Júlio Delgado, 2 resoluções do Diretório Nacional sobre as eleições de 2004: critérios de política de aliança, as tarefas da eleição de 2004; os objetivos nossos na eleição, que eram ganhar as eleições, aumentar a influência do partido, fazer as alianças com os



partidos aliados. E essas diretrizes, elas eram executadas por cada membro da Executiva Nacional. No caso do planejamento e das finanças, a captação de recursos e a ordenação de despesas não era a Executiva que determinava. A Executiva determinava as diretrizes políticas para viabilizar, financeiramente, a campanha e as alianças com os aliados. As tomadas de empréstimos, avalistas, a ordenação das despesas eram de competência e autonomia da Secretaria, assim como outras secretarias. Este Conselho de Ética sabe que, no que diz respeito às negociações do PT com o Governo e com os partidos aliados, a Executiva discutia os interesses do PT e remetia para o então Secretário de Organização e para o Secretário-Geral a representação das reivindicações do PT junto ao Governo. Porque a Executiva, ela era separada, organicamente, da relação com o Governo, do ponto de vista das suas decisões e do seu funcionamento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor tem afirmado que o Sr. Delúbio tomou essas iniciativas financeiras do partido sem conhecimento de V.Exa., que era o Presidente do partido. Então, o senhor avalizou os empréstimos conseguidos pelo Sr. Marcos Valério sem saber que estava assinando ou sem conversar antes com o Delúbio?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado, vamos deixar isso claro. Os empréstimos, os 2 empréstimos feitos no BMG e no Banco Rural, ele tinha autorização para buscar recursos para o PT no mercado financeiro. Agora, a instituição e o avalista, ele tinha que ter a autonomia. E aqueles empréstimos que estão na nossa prestação de contas no TSE foram feitos corretamente, legalmente. E no PT, assim como acontece em qualquer partido, o presidente que assina as contas do partido e a sua movimentação financeira, ele faz isso em confiança e respeito ao responsável por aquela tarefa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor disse no Congresso, essa semana, que o então Ministro José Dirceu era informado das questões do PT nas reuniões do Diretório Nacional do partido. Eram as ocasiões em que ele estava presente. Nessas reuniões, nunca trataram de questões financeiras do partido?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca tratamos de questões financeiras do partido. O Ministro José Dirceu era membro do Diretório Nacional, assim como outros



Ministros que são membros do Diretório Nacional. Então, aqui, as resoluções do Diretório Nacional sobre várias reuniões. Fizemos 4 reuniões do Diretório Nacional em 2003, umas 3 ou 4 em 2004, várias em 2005, e todos os dirigentes do PT e vários Ministros participavam dos debates políticos. Agora, a administração, o dia-a-dia do partido era de competência da Executiva com as funções específicas dos seus membros. Na campanha eleitoral de 2004 — isso é público —, o PT agendava com os Ministros do PT a campanha e as viagens bancadas pelo PT, não só do Ministro José Dirceu como de vários Ministros do PT que fizeram a campanha do PT. Portanto, o PT informava a esses Ministros as cidades onde ia fazer o comício, as prioridades, mas era uma decisão no âmbito da direção executiva do partido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O PT funcionava, pela declaração de V.Exa., de um lado, mesmo sendo da Executiva e homem de extrema confiança da cúpula do partido; o Sr. Delúbio funcionava de um outro, sem que ninguém soubesse das ações. O senhor avalizou o empréstimo do PT sem o conhecimento do Diretório Nacional ou com o conhecimento do Diretório Nacional?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Os empréstimos avalizados no BMG e no Banco Rural são de conhecimento do Diretório Nacional, até porque está na prestação de contas, e o Diretório Nacional viu a prestação de contas que foi aprovada pelo Conselho Fiscal e apresentada aos membros do Diretório Nacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E quando foi aprovado, o Sr. Delúbio levou a possibilidade dos empréstimos, essa discussão com a presença de Ministro, como V.Exa. disse, foi uma discussão tranqüila no Diretório Nacional? Foi aceita plenamente pelo Diretório a contratação ou a aquisição de empréstimos nesses valores? O Diretório aprovou plenamente essa decisão?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Estou me referindo, Deputado Júlio Delgado, para deixar isso claro, para deixar isso claro, estou me referindo a um empréstimo, a um empréstimo do BMG e ao empréstimo do Banco Rural.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - São só os 2 que estou citando.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Esses empréstimos foram de competência exclusiva de decisão da Executiva para buscar recursos no mercado financeiro.



Agora, a instituição, o avalista e os detalhes foram de competência do Secretário de Finanças e Planejamento. E num partido como o PT, ou qualquer outro partido, pessoal, o Presidente, ao assinar os empréstimos e ao informar o Diretório Nacional que está na nossa prestação de conta, ele faz isso em confiança naquela função, naquela competência do seu respectivo companheiro de partido e de função determinada pelo Diretório Nacional. Portanto, esses empréstimos estão na nossa prestação de contas, e o Diretório Nacional tomou conhecimento deles, e não houve questionamento quando apresentamos ao Diretório Nacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, essa discussão houve no Diretório Nacional?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não houve o debate sobre os empréstimos especificamente, foi apresentado no Diretório Nacional na prestação de contas anual do partido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ah! Quando da tomada não houve a discussão?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A instituição financeira na tomada do empréstimo e os avalistas são de competência do Secretário de Planejamento e Finanças.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor costurava os acordos políticos, como disse aqui. Para isso, precisava ter interlocutores no Governo, acordos importantes com interlocutores do PT e dos partidos da base para poder costurar os apoios políticos. Caso contrário, era difícil a formalização dos mesmos. Quem eram os interlocutores do Governo? Quem eram os seus interlocutores no Governo? O senhor costurava os acordos políticos sem conversar com o articulador político do Governo, que era o Ministro José Dirceu?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em primeiro lugar, nobre Relator, vamos explicar, e com toda a transparência e sinceridade, ao Conselho de Ética. Nós realizamos intensos acordos políticos para cumprir a agenda de votação no Congresso Nacional: reforma da Previdência, reforma tributária, reforma do Judiciário, Estatuto do Desarmamento, a lei sobre o sistema financeiro, o Estatuto do Idoso, o projeto da biossegurança, o projeto de inovação tecnológica. Foram intensas negociações. Algumas delas eu inclusive participei com V.Exa. como então Líder do PPS. E



nessas negociações o PT representava o PT, e eu tinha uma tarefa dupla, que era — e isso é público — fazer o debate e buscar o consenso da bancada do PT. E era raro ter consenso. O primeiro consenso que teve foi uma negociação sobre o art. 192 da Constituição, que foi a primeira negociação que nós fizemos com toda a bancada. Nem sempre essas negociações... Outros acordos políticos eram feitos, em outro período, com vistas à eleição de 2004. E nesses acordos políticos, em primeiro lugar, como Presidente do PT, eu comunicava ao Governo; comunicava ao Governo, a todos os Ministros do PT. Eu tinha reunião com os Ministros do PT, várias reuniões com todos os Ministros do PT, algumas inclusive foram divulgadas pela imprensa; reunia os Ministros do PT, sem, evidentemente, a presença do Presidente da República, informava das diretrizes do partido, dos objetivos e da nossa tática político-eleitoral, conversava intensamente com o Ministro José Dirceu, como coordenador político do Governo. Conversava posteriormente — no ano seguinte — com o Ministro Aldo Rebelo, como coordenador político do Governo; sempre tive uma relação de muito respeito, fluente, de amizade com o Ministro Aldo Rebelo. E, eventualmente, conversava com o Ministro da área. Por exemplo, a polêmica sobre transgênicos: o PT participou de negociação com a Ministra Marina Silva. A polêmica sobre a verba orçamentária para a saúde: eu intensificava a discussão com o Ministro Humberto Costa. E assim nós fizemos com assuntos outros, como a anistia, com o Ministro Márcio Thomaz Bastos. O PT participava para defender as suas posições e buscar a negociação. Essas negociações eram negociações de propostas, de idéias, de posições políticas. Eu negociei, e esta Casa conhece, porque eu agi de maneira transparente, andava muito aqui. Até, numa determinada época, diziam que eu era uma espécie de Deputado sem mandato. Eu fui até, vamos dizer assim, criticado por isso. Nunca, nunca, nem é do meu conhecimento que nessas negociações tenha havido qualquer troca de apoio ao Governo por troca... por dinheiro, por interesse financeiro. Havia discussão de espaço no Governo. Eu defendia publicamente que os partidos aliados tivessem espaço no Governo, tivessem mais espaço no Governo, eu defendia publicamente que tivesse mais espaço, mais Ministério. Defendia um Governo de coalizão porque achava isso importante, para construir uma maioria congressional. Eram essas as



discussões que eu realizava com o Governo, principalmente, no período de 2003, com o Ministro José Dirceu, que era coordenador do Governo e coordenador político junto ao Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, V.Exa. tinha contatos com as ações nos Ministérios afins e com as ações políticas, tanto de votações na Casa como a questão das composições eleitorais? Esses encontros eram com o Ministro José Dirceu?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ações dos Ministérios afins, eu não tinha contato. Aliás, eu não... eu não tinha...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ministérios afins, o que eu estou dizendo é...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, as ações dos Ministérios afins. Eu quero explicar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ministério Humberto Costa, saúde...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, por exemplo...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. falou agora.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu tratava... eu tratava das divergências políticas e programáticas quando envolviam Ministérios. E eu citei o exemplo da saúde. Cito o exemplo da anistia; citei o exemplo da educação, quando veio para cá o PROUNI; e vários projetos que eu discutia politicamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas as políticas da Casa, de relação, e as composições eleitorais eram feitas com o Ministro José Dirceu?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - As composições eleitorais eram decididas pelo PT. O Ministro José Dirceu não participava das composições eleitorais, isso era uma competência da Executiva, a partir das resoluções do Diretório Nacional. Essas negociações políticas, Sras. e Srs. Deputados, se realizavam de maneira transparente, publicamente, em reuniões de Líderes, em reuniões da bancada, em divergências públicas na imprensa, em muitas críticas que se realizavam. E eu vivi intensamente essas críticas. E quem coordenava politicamente o Governo tinha contato com a agenda legislativa no Congresso Nacional.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, em função disso, registram as 11 visitas que nós temos de V.Exa., as oficiais, as registradas, no gabinete da Casa Civil, do Ministro José Dirceu?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Olha, nobre Relator...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Essa é só o que nós temos conhecimento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, pode ter certeza que tem mais do que 11. Claro. E é legítimo. Veja bem, pessoal, um partido que tem o Presidente, um partido que tem a Maioria no Governo, um partido como o PT, o Presidente não ter visitas ao Ministro da Casa Civil, ao Presidente da República e aos Ministros do PT, eu esperava que fosse mais de 11 registradas. Pode ter certeza que eu tive várias visitas, sim. E era um dever. Aliás, a bancada do PT me cobrava, constantemente e publicamente, que eu tinha que me desdobrar mais para defender as reivindicações e a pauta da bancada junto ao Governo. Os companheiros do PT estão aqui e sabem que eu era cobrado para defender mais e mais a agenda do PT junto ao Governo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estou querendo concluir, até para dar margem aos companheiros, mas eu tenho mais 3, 4 indagações a fazer a V.Exa., e eu acho que isso é importante, porque eu não sei se está tendo o esclarecimento, porque eu, aqui, na figura de Relator, estou fazendo uma confusão.

V.Exa. disse que conhece muito bem seu partido, o Partido dos Trabalhadores. Nós, até então, conhecíamos. Sempre foi um dos militantes, e atestamos isso, mais atuantes, mais aguerridos, mais combativos. O PT sempre teve fama de ser um partido muito bem organizado, privilegiando decisões coletivas, todas tomadas no campo democrático, a não ser aquelas financeiras, que eram de atribuição do Sr. Delúbio Soares, em assembleias.

Eu quero aqui não mais perguntar a V.Exa., mas falar a verdade: como um partido podia funcionar, com toda essa organização, para nós, e lá dentro um samba do crioulo doido? Porque cada dirigente agia como queria. V.Exa. tocava as ações no Governo, V.Exa. ia dirigir com o José Dirceu só os assuntos da articulação política e não tocava as composições eleitorais. Mas, ao mesmo tempo, o Deputado



José Dirceu, então Chefe da Casa Civil, não tinha nenhuma influência sobre as ações políticas que ali aconteciam; não tinha reunião de cúpula para decidir ou para conhecer sobre os empréstimos, as despesas.

Eram feitas exclusivamente dívidas, que foram contraídas na campanha eleitoral por um outro dirigente, porque o então Presidente José Dirceu contraiu a negociação com o PL, assumida. Houve uma negociação. A frase famosa. Saíram da sala o então candidato Lula e José Alencar, ficaram os outros, com o conhecimento do Sr. José Dirceu. Contraiu a conta publicitária com o Sr. Duda Mendonça, que foi, no caixa, 1,5 milhão; no caixa 2, 16 milhões, tanto que está comprovado que ele recebeu recursos do exterior. Isso tudo aconteceu.

Aí V.Exa. assume o partido. Dívidas ou fórmulas de pagamento dessas dívidas são assumidas pelo partido e exclusivamente pelo Sr. Delúbio Soares. Não dá! Parece que a cúpula não discutiu, que assuntos como esse não eram discutidos. Eu quero perguntar a V.Exa. se era organizado ou era desorganizado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em primeiro lugar, o PT não é samba do crioulo doido, nem eu quero usar qualquer expressão para qualificar qualquer partido como samba do crioulo doido. Os partidos têm problemas, têm divergências, têm dificuldades, têm que fazer mudanças, reformas, mas sempre pela política, de maneira democrática. Em relação à fama, eu vou citar um exemplo, Deputado. Fama se cria, às vezes, com determinados mitos. Por exemplo, foi criado no Brasil o mito de que o PT aparelhou o Estado brasileiro. Eu tenho os números aqui e quero, inclusive, ter esta oportunidade para colocar estes dados aqui. São números tirados do banco de dados da Secretaria Nacional de Recursos Humanos. Dos 19 mil cargos comissionados chamados DAS, o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula, trocou 5.314. Desses 5.314, não são todos do PT. Aí, criaram outro mito, o de que o PT nomeava muita gente do PT, para pagar o dízimo. Entre as pessoas que contribuem com o PT, sem qualquer tipo de punição, há 1.431. Se a pessoa não quiser contribuir, não tem nenhum tipo de retaliação. Só que qualquer filiado, para votar agora, no domingo, tem que estar em dia com o partido. Isso é um princípio democrático. Portanto, isso é um mito. O PT era organizado e decidia a eleição dos seus dirigentes no Diretório Nacional. Começava com a eleição direta, vinha para o



Diretório Nacional, elegia a Executiva. A Executiva tinha suas funções executivas, e a Executiva é plural, tem gente na Executiva de todas as correntes, e os dirigentes têm funções específicas, definidas pelo estatuto do partido, que é a Constituição do partido. Em relação a essa questão, quero dizer que são decisões democráticas, porque havia diretrizes políticas para viabilizar a campanha, para fazer aliança com os aliados, para estender a influência do partido, para duplicar o número de Municípios, de Vereadores, de Prefeituras, coisa que ocorreu. Agora, a execução dessas tarefas — a execução é ao que estou me referindo —, a execução era de competência das respectivas Secretarias. Não vou citar o exemplo de outras porque não é objeto aqui de pergunta dos Srs. e das Sras. Deputadas. Portanto, eu quero deixar isso claro na resposta a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Sr. Delúbio Soares, então, era o único desorganizado, e até hoje não conseguiu sair dos quadros do PT, até por decisão liminar?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não vou, Deputado Júlio Delgado, eu não vou fazer qualquer juízo de valor sobre o companheiro Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quando, onde, em que situação e quantas vezes o senhor esteve com o Sr. Marcos Valério? Desculpe-me: V.Exa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pode falar "você". Não tem problema. Eu sou só ex-Deputado. Em primeiro lugar, eu o conheci, eu tive encontros eventuais, ocasionais com Marcos Valério sempre na sede do partido, no escritório do partido, sempre que ele estava com o Delúbio Soares. Eram encontros eventuais. Eu o conheci lá na sede do partido, me parece que eu o conheci, e me lembro, a partir de julho de 2003. Eventualmente eu me encontrava sempre com ele na sede do partido. Nunca fiz reunião com ele sem que estivesse, porque eu não participava de reuniões com ele, com Delúbio Soares em encontros ocasionais na sede do partido. Sobre o número de vezes eu não tenho conhecimento. É só ver a agenda da sede nacional do partido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual a sua opinião sobre o dono de empresas de publicidade ser o avalista de um determinado partido político?



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não vou emitir juízo de valor sobre avalista. O PT solicitou o empréstimo, tinha um avalista, eu não conhecia esse avalista. Não vou emitir juízo de avaliação sobre esse ou aquele avalista, até porque eu não o conhecia quando ele foi avalista dos empréstimos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual a sua opinião sobre um empresário dar como garantia aos empréstimos, que ele foi avalista de um determinado partido político, contratos feitos entre as empresas de publicidade e o Governo desse mesmo partido?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu, na minha condição de testemunha... Não é minha competência constitucional emitir opinião, ou juízo, ou avaliação sobre a atitude desse ou daquele empresário.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputado Genoíno, por mais que a gente não queira dar o nome específico desse repasse, existem hoje, oficialmente, fora os saques feitos na pessoa do Sr. Marcos Valério... E a gente não sabe o que ele fez com esse dinheiro. O ex-Deputado Roberto Jefferson disse que ele entregou para ele 4 milhões. Mas diversos Parlamentares foram ao Banco Rural fazer saques em dinheiro, alguns pessoalmente, outros através de seus assessores, e esse dinheiro todo pode ter um ciclo.

V.Exa. concorda comigo que, se eu passar um dinheiro, eventualmente, ou qualquer pessoa, para um cidadão ou pagar a dívida dele — você está fazendo, talvez, a mesma situação —, o ciclo desse dinheiro pode possibilitar a troca de partido ou favorecimento de votações? É o que está sendo acusado, não estou falando que isso é uma verdade, mas é o que está sendo acusado. Eu pergunto: repasse do dinheiro vivo, os Deputados foram buscar — Deputados da base, porque eu também não quero acreditar que Deputados do PT que foram lá fazer saques estavam envolvidos no mensalão, mas teve algum repasse efetivo, ou então nós não estamos conhecendo o que está acontecendo com a sociedade —, quem foi o idealizador dessa articulação, que até então nós não conhecíamos, dos repasses periódicos de recursos, ou de uma vez só, ou bimestrais, ou semestrais? Quem foi o idealizador e por que teria idealizado isso num Governo que apostamos tão sério na



questão do resgate da esperança e do pagamento da dívida social com o nosso País?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em primeiro lugar, em relação ao pagamento da dívida social com o nosso País, eu acho que o Governo do Presidente Lula está fazendo um esforço extraordinário para diminuir a desigualdade social, com programas inovadores, e para melhorar a qualidade de vida e a renda do povo brasileiro. Não é fácil, mas nós estamos numa luta muito dura em relação a isso, e expresso aqui minha confiança, meu otimismo em relação ao Governo Lula. Sobre troca de partido, o PT, que eu presidi, entrou aqui com a mesma bancada e continua com a mesma bancada, até diminuiu o número de Deputados. Com relação aos outros partidos, eu nunca tratei com qualquer partido da base aliada, dos que eu tenho relações mais próximas, até historicamente, como relações eleitorais que foram constituídas a partir de 2002, de qualquer influência para tirar ou colocar esse ou aquele Deputado. Sobre movimentação financeira não contabilizada no PT, pela minha competência e pela minha função de Presidente de partido e pelo meu trabalho na direção do PT, eu não tive conhecimento, Deputado. Eu, por exemplo, vim conhecer o nome das empresas do Sr. Marcos Valério quando surgiram as denúncias. Eu não sabia que existia essa ou aquela agência do Banco Rural. Eu não sabia. Muitas coisas eu vim conhecer a partir das denúncias que estão sendo investigadas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - No caso que eu não quero nem perguntar a V.Exa. — eu estou concluindo, Sr. Presidente —, mas, na terça-feira... O senhor acabou de dizer que não conhecia as atividades com o Banco Rural e teve encontros esporádicos, eventuais, na sede do partido, com o Sr. Marcos Valério. A Sra. Kátia Rabelo, na terça-feira, disse textualmente que V.Exa., o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio Soares foram à sede do Banco Rural assinar o empréstimo feito ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois, Deputado Júlio Delgado, nunca visitei o Banco Rural, nunca telefonei para o Banco Rural — o meu sigilo telefônico está quebrado. Nunca telefonei para o BMG e nunca visitei a sede do Banco Rural, nunca visitei. O meu sigilo está quebrado, tem minha agenda aí, é só verificar. Afirmo com toda a



segurança não ter visitado o Banco Rural, não ter ido à sede do Banco Rural. Ao assinar o empréstimo, repito aqui, vou reafirmar, assinei um empréstimo legal, o PT tinha lastro para honrar aqueles empréstimos, e vai honrar. Fiz aquilo em confiança, na minha competência estatutária e no partido, ao Secretário de Finanças e Planejamento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual a relação que V.Exa. dá aos empréstimos feitos ao BMG? Com uma coincidência tremenda, o BMG passou a ser o operador da consignação dos aposentados e pensionistas, que, até então, não era pertinente às instituições financeiras privadas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não tenho conhecimento de qualquer relação do BMG com as instituições do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu tenho mais alguns questionamentos aqui, mas eu prefiro agradecer a V.Exa. e dizer que é esclarecedor. Mais uma vez, reitero que a sua vinda espontânea ajuda a elucidar todas essas questões. Eu deixo esses questionamentos para que a gente possa fazer no transcurso do depoimento de V.Exa. Vou deixar a palavra ao nobre advogado e aos colegas Parlamentares. Muito obrigado, por enquanto, Deputado Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o advogado do representado, Dr. José Luís Lima.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, eminente Relator, ilustre Deputado José Genoíno, prezadas advogadas, nobres Deputadas, nobres Deputados, Sr. Presidente, eu gostaria de saber da ilustre testemunha como eram as relações do Partido dos Trabalhadores com o Governo, no período em que o Deputado José Genoíno foi o Presidente do partido.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre advogado, Dr. José Luís, as relações nossas eram relações pautadas, em primeiro lugar, porque na Executiva do partido saíram todos os Ministros que até então eram integrantes da Executiva. Essa relação era feita pelos dirigentes do partido nas suas tarefas e nas deliberações do partido, sempre pautadas pela agenda e pelas reivindicações que o PT tinha, e fizemos intensas negociações com o Governo, inclusive com divergências. Eu vou pegar o



último período, em que nós tivemos que negociar inclusive com alguns Deputados do PT aqui presentes, que, legitimamente, colocavam a importância de não ter a renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional, que a reforma da CLT não deveria ser colocada na agenda, que era necessário a gente ter uma outra agenda, e o PT se pautava por uma agenda política na relação com o Governo. No que diz respeito aos interesses legítimos do partido, para ter espaço no Governo, que o PT foi a força principal de sua vitória, nós apresentamos as reivindicações do partido. Recebíamos dos Estados, dos Diretórios Estaduais, e apresentávamos ao partido. Muitas dessas reivindicações, inclusive, na negociação do PT com o Governo e, às vezes, em contradição com os partidos aliados, não foram contempladas na negociação com o Governo. E as relações se davam discutindo as prioridades do Governo, discutindo a agenda do Governo, as divergências na definição de prioridades. Por exemplo, a negociação da reforma da Previdência envolveu intensas negociações políticas com o Governo — todos sabem aqui, os do PT e quem não era do PT. Portanto, a relação do partido era uma relação política. E o PT era a força, era um partido de Governo e, como partido de Governo, ele tinha que apresentar as suas reivindicações e, ao mesmo tempo, ser a principal sustentação do Governo, porque qualquer problema que tinha no PT, isso se refletia imediatamente nos aliados do PT e da base aliada. Portanto, era uma relação política, e essa relação política se manifestava na competência de cada Ministro em negociações específicas que eu já explicitarei aqui, em áreas específicas, com assuntos polêmicos, na discussão com o Governo.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, gostaria de saber também da ilustre testemunha qual foi a influência que o ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, o hoje Deputado José Dirceu, teve, se é que teve, na direção do partido durante a presidência do Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu quero deixar bem claro que o Ministro José Dirceu não interferia na vida interna do partido. Respeitava o funcionamento e as decisões da Executiva. Ele participava quando tinha reunião do Diretório Nacional. Tinha uma relação política, como dirigente nos debates, nas resoluções do Diretório Nacional. Em relação ao funcionamento, em relação ao dia-a-dia do partido, ele não



tinha interferência. Não tinha interferência e ele respeitava, numa relação comigo — além de ser do mesmo partido, nós temos uma relação de longa data, que explicitarei aqui —, uma relação de muito respeito. E a agenda que ocupava a Casa Civil era uma agenda tão intensa, tão cheia de problemas para resolver que os problemas do partido, em termos de funcionamento, não entravam nessa agenda. Portanto, era uma relação política intensa, em torno da agenda da relação do partido com o Governo.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, também gostaria de saber da ilustre testemunha como eram as relações do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, hoje Deputado José Dirceu, com os Srs. Delúbio Soares e Silvio Pereira no período em que a eminente testemunha presidiu o Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em relação ao companheiro Silvio Pereira, ele era representante do PT para defender os interesses do PT, as reivindicações do PT junto ao Governo. E ele tinha relações institucionais com os representantes do Governo na defesa dos interesses do PT. Assim como eu tinha, na maioria das vezes, essa relação de representar o PT nas negociações com o Governo. E, algumas vezes, passava pelo Ministro José Dirceu e outras vezes ia direito para os Ministros das respectivas áreas ou Ministros que não eram nem são do PT. E o companheiro Delúbio Soares era dirigente político do partido, ele não era um funcionário do partido. Ele era um dirigente eleito pelo partido, vivia com uma ajuda de custo como dirigente eleito, que não foi indicado para dirigente por esse ou aquele dirigente. Ele foi eleito numa chapa que recebeu a maioria de votos da eleição direta de 2001. Ele era dirigente e tinha uma responsabilidade específica. Como dirigente participava das decisões políticas do partido e, eventualmente, representava o partido em eventos, em reuniões, como dirigente do partido. É bom deixar bem claro isso ao PT. No caso do PT, os dirigentes são eleitos, exercem funções específicas, mas são dirigentes políticos do partido. Então, a relação desses dirigentes, como de outros, igual ao Ministro José Dirceu, era uma relação política como a que acontece com outros Ministros do PT e com Ministros que não eram do PT. Eu quero deixar claro, respondendo ao Dr. José Luís, que, em relação às questões de encaminhamento, de espaço no Governo, de Orçamento, etc. e tal, eu



tinha uma opção, uma escolha política. Os Deputados aqui sabem, me conhecem, eu não gostava de tratar dessas questões. Há 6 estatais que eu nunca fui lá. Nunca! Eu não conheço a PETROBRAS, eu não conheço o BNDES, eu não conheço os Correios e Telégrafos, eu não conheço a ELETROBRÁS. Eu não conheço. Dificilmente vão encontrar no meu sigilo telefônico telefonemas para essas empresas. Não vão encontrar. O senhor sabe que eu não gostava de tratar de emendas. Uma das acusações quando eu fui candidato a Governador, contra meu adversário, era que eu não fazia emenda ao Orçamento. Não gostava. É o estilo! Os senhores sabem como é que me relacionava aqui na Casa: era Regimento Interno, era Comissão de Justiça, era discussão de idéias. Os senhores sabem, me conhecem. Então, eu tinha essa relação política com o Governo e essa relação política era minha maneira de fazer e de exercer a política. Essa era a relação política que eu tinha como Presidente do PT com os Ministros do PT e com o Ministro José Dirceu. Não era relação administrativa nem relação do dia-a-dia do partido.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, eu gostaria de saber da testemunha, que foi Parlamentar durante muito tempo no Congresso e um dos mais brilhantes, exerceu a Presidência do Partido dos Trabalhadores recentemente, se, nesse período em que exerceu a Presidência, portanto, tinha um trânsito no Congresso, quer por esse cargo, quer por ter sido um Parlamentar, se em algum momento ouviu comentários fortes no sentido de que tinha o pagamento a Parlamentares para votar de acordo com o Governo?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu quero deixar claro que participei de todas as reuniões, das principais votações no Congresso Nacional. Participei de todas as reuniões, a maioria delas do PT, e de negociações da bancada do PT, quando o Líder me chamava com os partidos aliados. E nessas negociações para todas as questões polêmicas de votação no Congresso Nacional nunca ouvi, nunca recebi comentários, nunca participei de qualquer discussão que tratasse de apoio político por troca de dinheiro. Nunca! E quero também aproveitar para deixar claro — aqui há companheiros da bancada do PT — que, quando o então Deputado José Dirceu era Presidente do partido, o PT não estava no Governo, o PT era Oposição, foi o



período em que a bancada do PT teve uma relação autônoma com o partido. Há várias testemunhas aqui. A imprensa registrou que, durante um período anterior à presidência do Deputado José Dirceu, havia um debate, uma crise permanente entre a bancada do PT e a Executiva Nacional, por ocasião dos anos de 1993, 1994 e 1995. E, no período a partir de 1996, 1997, o PT na Oposição, José Dirceu era Presidente do partido e Deputado Federal. E a bancada do PT, na relação com a Executiva, tinha autonomia, e nunca teve crise. Nunca confundiu a função de Deputado com a função de Presidente do partido.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, tendo em vista a exposição inicial da ilustre testemunha e as questões formuladas pelo ilustre Relator, a defesa se dá por satisfeita.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu quero lembrar a todos que, inicialmente, vão falar os membros titulares. Cada um terá 5 minutos e uma réplica de 3 minutos. Posteriormente, os membros suplentes do Conselho.

Com a palavra o nobre Deputado Chico Alencar, o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Sr. Presidente. Nobres pares do Conselho, companheiro Genoíno, perguntas a partir do que nos interessa aqui nesta apuração: qual a avaliação crítica, a partir da experiência de presidir o PT, que o senhor faz da relação... Porque problemas existem, tanto que estamos aqui numa situação que não é agradável, numa situação difícil. Mas, então, eu pergunto que avaliação crítica o senhor faz de alguns aspectos da relação direção partidária e Governo. Se ela realmente é uma relação que transcorreu dentro de tudo o que planejamos, projetamos e proclamamos.

Em segundo lugar, da relação dirigentes partidários e empresas privadas. Porque, como sabemos, mesmo essa figura, que hoje se revela importantíssima para o PT, e dentro dessa crise, o empresário Marcos Valério, não era alguém digno de importância e de nota até nas nossas discussões e debates sobre problemas e encaminhamentos partidários.

E ainda uma terceira questão, a avaliação do problema de financiamento de campanha. É bom lembrar que o caixa 2 é uma instituição nacional. No ano



passado, mais de 1 trilhão de reais foram sonegados por esquemas laterais e paralelos da iniciativa privada em relação aos cofres públicos. Mas, no caso de financiamento de campanha, como a gente vê, inclusive, com surpresa, esses famosos saques, qual a avaliação que o ex-Presidente do partido faz em termos dessa definição sobre quem recebia os recursos? Nem todos eram presidentes de partido.

Depois eu tenho mais 2 outras questões, para não me alongar muito. Pediria para fazer depois, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sobre a primeira questão, para mim, ainda está em aberto a avaliação sobre a experiência da relação do PT com o Governo. Agora, eu quero deixar claro, particularmente falando aos petistas do Brasil inteiro que estão me acompanhando, que têm acompanhado esse debate, que em nenhuma administração do PT, da primeira Prefeitura de Diadema, em 1982, até hoje, a relação partido e Governo teve uma solução, vamos dizer assim, que contemple todos os aspectos do nosso debate. Ora o partido é oposição — e esse é o dilema que vimos em algumas Prefeituras —, ora o partido se enfraquece. Equilibrar autonomia, por ser Governo, foi um exercício muito delicado. Em alguns momentos, Deputado Chico Alencar, eu acho que o partido conseguiu uma justa relação: quando nós discutimos, por exemplo, a polêmica dos transgênicos no PT; quando nós discutimos a questão, que era polêmica no PT, sobre a emenda do sistema financeiro; quando nós discutimos mesmo a reforma da Previdência, assunto polêmico no PT. Já em outros momentos, como o salário mínimo, quando nós discutimos no PT, já em relação à sustentação do Governo, a relação de autonomia não ficou muito clara. E é um problema, porque acho que um partido de esquerda... E todo partido tem que refletir muito, porque o partido tem como função chegar ao poder. Qual é a missão de um partido? É chegar ao poder para realizar o seu programa. O partido é isso, pela definição clássica. E nós da esquerda temos um dilema para resolver, nós tínhamos um modelo de chegar ao poder que não deu certo! E aquele modelo antigo que era chegar ao poder pela ruptura, ele produziu também experiências autoritárias que nós temos que reavaliar. O modelo de chegar ao poder por dentro do sistema muitas vezes faz o partido caminhar no fio da



navalha. E nesse fio da navalha tem acertos e erros. Eu acho que esse debate, para mim, está em aberto. Eu pretendo, até agora, porque estou afastado da atividade política e partidária, fazer uma reflexão sobre essa questão, que não é simples. Digo aqui para os petistas em particular: todas as administrações do PT de todas as correntes tiveram problemas na relação partido e governo. Quem não se lembra da experiência da primeira Prefeitura do PT em São Paulo, com a companheira Luiza Erundina? Quem não se lembra do Gilson, em Diadema? Relações contraditórias, porque quem governa... Existe uma expectativa, tem uma limitação, tem um universo de decisões. E o partido, ele é legítimo com sua base social e sua base política. Também faço essa relação. Portanto eu acho que é uma avaliação que nós temos que trabalhar, porque é necessário um distanciamento nos aspectos formais da relação partido e Governo. Sobre os dirigentes do partido com a empresa, eu acho que é necessário o PT aprender muito com esse episódio e estabelecer uma relação formal. Por exemplo, eu acho que quem é responsável pela tesouraria do partido não deve ser responsável pelas finanças de campanhas eleitorais, é uma maneira de fazer essa diferença. Eu acho que nós temos que optar pelo formalismo absoluto. Em relação ao financiamento de campanha, eu acho que a solução adequada é financiamento público. Eu conversei com vários companheiros. Após a campanha eleitoral de 2004, tendo conhecimento da dívida do Diretório Nacional de 20 milhões e de dívidas nos Estados — não tenho isso contabilizado na cabeça —, eu disse: “*Olha, um partido tem que ter financiamento público ou, então, estabelecer limites*”. Eu acho que o PT tem que corrigir, por exemplo, o papel do *marketing* na campanha eleitoral, o papel dos *shows* em campanha eleitoral, que é um exagero, o papel da televisão, o papel... O padrão de campanha tem que ser cortado. Por isso que eu acho que nós temos que estabelecer esse regramento no financiamento público de campanha ou, então, se não tiver o financiamento público, estabelecer limitações, seja sobre pesquisa, sobre o *marketing*, sobre *shows*, etc. e tal, na campanha eleitoral. Mas esse é um problema que se enfrenta. Ou você tem um problema americano, que é as empresas poderem fazer a campanha e assumir publicamente — isso acontece principalmente quando não é S.A. —, ou então o modelo de financiamento público. Agora o problema do financiamento público é que



implica em lista, implica numa série de decorrências. Esse é um problema num país como o Brasil. Portanto eu acho que, diante dessa crise, além de outros aspectos, nós temos que nos debruçar sobre a questão. Deputado Chico Alencar, meu companheiro de partido, você sabe que eu tenho uma responsabilidade perante o meu partido de — não estou exercendo nenhum cargo de direção, nem quero exercer proximamente — refletir. Eu tenho uma tarefa de informar ao partido as minhas conclusões, que não estão tomadas do ponto de vista político e teórico, sobre a minha experiência no PT, seja quando eu apenas era Deputado. Eu dizia isso. Os companheiros me criticavam porque eu fazia uma carreira só de Deputado. Eu nem era da Executiva. E muitas vezes eu fui voz minoritária na bancada. Os senhores se lembram disso! Voz isolada na bancada, quando debatia certas questões. E eu fiz uma opção de realizar um trabalho coletivo no partido. O PT tem muito desse dilema. Eu tenho que refletir sobre isso, para ter uma idéia melhor sobre essas questões apresentadas por V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, para concluir, são questões bem objetivas, bem práticas. A primeira é esta: nessa relação do chamado valerioduto, a que a Casa está apreciando, há o repasse de recursos para um elenco de Parlamentares, inclusive sete, se não me engano, do nosso partido. Qual é a sua avaliação sobre isso? Que critérios teriam norteado a escolha desses sete, já que isso não foi objeto de discussão nenhuma?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Em primeiro lugar, Deputado Chico Alencar, sobre qualquer conceituação sobre qualquer pessoa que está sendo investigada, inclusive pessoas que não são do PT, no caso do Valério, eu não vou emitir qualquer juízo sobre essa ou aquela adjetivação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Mas o senhor tinha ciência desses repasses?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Não tinha conhecimento, nem sabia, nem conhecia a tal agência do Banco Rural, nunca tinha ouvido falar. Portanto, era de total desconhecimento da Presidência do PT. E qualquer movimentação financeira que o Secretário informou não contabilizada, não tinha qualquer conhecimento da Presidência do PT. Eu reafirmo aqui: eu me dedicava quase integralmente a uma



agenda política, que é do meu ser, da minha maneira de ser. Os senhores sabem como eu era Deputado aqui durante 20 anos. Eu só tratava dessas questões. Eu não tratava de nomeações, eu não tratava de emendas, eu só tratava disso. Todos sabem aqui, que faziam oposição a mim ou que faziam acordos. Esse é meu jeito de fazer política. Eu não telefonava para os Ministérios, para estatal. Não tinha jeito. É o jeito de fazer política. Então, eu quero deixar claro que essa questão de conhecer as relações com o Congresso, as minhas relações eram com a bancada. Eu me reunia com a bancada ou com a coordenação da bancada. Era sempre assim que eu fazia a minha relação com o Congresso. E tinha muita reunião da bancada, e, como V.Exa. sabe, reuniões bastante tensas e difíceis.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – O ex-Deputado Roberto Jefferson, em seu último pronunciamento, provavelmente até 2014, ontem à noite, ele não cumpriu o que se aventava de trazer ou recibos ou mesmo uma mala com 4 milhões de reais, que o senhor teria repassado a ele, como ele proclamou seguidamente. Essa lacuna, essa ausência ou esse silêncio sobre essa questão representam a confirmação do que o senhor sempre disse: que jamais houve essa relação financeira com o PTB? A outra questão para eu encerrar: o senhor tem ciência de encontros que teriam havido do Ministro Chefe da Casa Civil, do então Ministro José Dirceu com a direção do BMG e do Banco Rural ou da Portugal Telecom?

O SR. JOSÉ GENÓINO – Em relação à primeira questão, Deputado Chico Alencar, nunca tive qualquer participação ou conhecimento em repasse de dinheiro, conforme denunciou o Deputado Roberto Jefferson. Nós fizemos acordos com os partidos. Esses acordos significavam despesas nas cidades que nós estávamos aliados. Eu disse e reafirmo aqui: nós tínhamos uma lista de cidades em que a gente tinha aliança, ou o PT na cabeça, que era a maioria, ou o PTB na cabeça. E a lista de alianças de cidades que foram para o segundo turno. Essas despesas com televisão, com folheto, despesas com *show*, despesas de campanha nas cidades, isso estava dentro da relação do partido com os demais partidos, isso tinha sim. Agora, de mala de dinheiro diretamente para a direção do PTB, nunca participei, nem tive conhecimento. Sobre BMG e Banco Rural, eu não tive contato com o BMG



nem Banco Rural. O meu sigilo telefônico está quebrado. Nunca tive contato com o Banco Rural nem com o BMG.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Não, mas a indagação é quanto ao Ministro José Dirceu.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Está certo, eu vou responder. Não me lembro de ter tido reunião. Pode ter certeza. Quando eu assinei como avalista aqueles empréstimos, eu não o conhecia. E eu nem me lembro hoje se eu conheço, eu não me lembro se conheço a diretoria do Banco Rural ou do BMG. Está certo? Porque eu não tinha o conhecimento da instituição financeira e nem do avalista. Não tinha conhecimento. E sobre a relação do Ministro José Dirceu com essas instituições, não tenho conhecimento de reunião do Ministro José Dirceu com essas instituições. Nunca comentei isso com ele, nunca conversei com ele sobre isso, nem tenho conhecimento sobre isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, eu tenho uma última aqui que eu tinha anotado e passou. A Comissão de Ética interna fez um pré-relatório lá, que foi sustado inclusive em função da decisão judicial de se impedir a possibilidade de expulsão do filiado, do ex-Tesoureiro Delúbio Soares, mas ela levanta a questão de se ter constituído quase que uma direção paralela ou um grupo que agia à revelia da direção, um grupo, não é? e que acabou produzindo uma série de procedimentos à margem da legalidade partidária, especialmente no que diz respeito a finanças. Nesse tempo em que eu era membro do Diretório Nacional e V.Exa., Presidente também. Isso me surpreende, essa conclusão absolutamente nova. Que procedimento seria esse?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu, respeitosamente, sem ter qualquer interferência — e eu tenho um compromisso comigo mesmo de não ter qualquer interferência na vida do partido a partir do momento em que eu renunciei à Presidência —, é um compromisso meu, mas, respondendo constitucionalmente à pergunta de V.Exa.. Eu quero deixar claro que não havia grupo nem direção paralela dentro da Executiva Nacional. Em primeiro lugar, porque as campanhas eleitorais de 2004 de todo o partido e de todas as tendências receberam agenda, minha presença e um esforço muito grande para resolver dívidas que não foram resolvidas, porque os Estados têm



dívida, sem olhar esta ou aquela corrente. E as resoluções do Diretório e da Executiva Nacional que eu tenho em mão, as duas resoluções que trataram de campanhas eleitorais, eram resoluções aprovadas. Portanto, respeitosamente, eu discordo de um núcleo, de uma direção paralela ou ilegal. Se houve erros, o partido tem que discutir, tem que avaliar, tem que debater. E eu faço isso sem qualquer prejulgamento. A coisa que mais me tocou quando eu vivi intensos processos nesta Casa foi fazer prejulgamento. E tocava muito esse detalhe. Eu acho que nós temos que avaliar melhor essa questão. Mas sobre isso eu não quero interferir, até por uma questão de dever moral comigo mesmo, em qualquer decisão da nova direção do Partido dos Trabalhadores e da próxima, que vai ser eleita no dia 18 agora. Eu não vou integrar, não vou ser membro do Diretório Nacional. Portanto, eu vou certamente votar como um simples filiado e vou continuar como filiado do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre Deputado José Genoíno, testemunha, advogados do representado, nobres companheiros, primeiro, eu queria fazer um registro de que tenho um profundo respeito pela história de V.Exa., principalmente pelas ações que fez para combater o regime de terror neste País, que tem possibilitado, inclusive hoje, fazer com que toda a sociedade saiba o que acontece de fato e de verdadeiro em todo o País. Então, fica aqui a minha manifestação de respeito por sua história que deve ser reconhecida por todos neste País. Quero também deixar claro que não vou entrar no debate das questões internas do partido, até porque V.Exa. não foi convidado a prestar depoimento para discutir as questões do Partido dos Trabalhadores, embora, na sua explanação, V.Exa. tenha deixado bem claro o funcionamento do partido, do qual, em tese, não tenho como divergir em nada de V.Exa. Mas meu papel aqui é de membro do Conselho de Ética para buscar a verdade sobre fatos que são imputados sobre a pessoa do Deputado José Dirceu. Então, eu queria iniciar perguntando a V.Exa. como conheceu o Marcos Valério, onde conheceu, como ele lhe foi apresentado nas reuniões, às quais o senhor já fez menção de que participou com ele, o que era tratado com o Sr. Marcos Valério?



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em primeiro lugar, Deputado Orlando Fantazzini, eu quero só fazer um pequeno registro. A minha história, na época da resistência ao regime militar, se estendeu e se estende no meu presente de Deputado Federal e no meu presente neste momento. Quero dizer para V.Exa. que, para mim, é um momento duro e de sofrimento. E eu fiz algumas comparações instintivas. Na época daquele período, a escuridão e a luz e a falta de luz era um medo. Nesse período atual, em função de algumas matérias de prejulgamento, aquilo me causava pavor. E eu posso citar aqui, no curso do depoimento, divulgação de coisas absolutamente infundadas, que foram feitas de maneira equivocada, no que diz respeito a minha pessoa. Mas aqueles valores que marcaram a minha vida, naquele período como agora, continuam presentes. Eu disse para o Senador Pedro Simon que, quando estava na CPI do Orçamento, que ele, um dia, chamou os membros da CPI para um pacto de portas fechadas, que era nos seguintes termos: *“Olha, pessoal, vai quebrar os sigilos telefônico e fiscal de todo mundo, e bancário. Quem tiver algum problema, sai de mansinho”*. Que ele não queria problema nenhum na CPI. Eu estava em 12. Eu disse para o Senador Pedro Simon: *“Senador Pedro Simon, o Deputado José Genoíno, daquela época; e o cidadão José Genoíno, de hoje, topa. A mesma coisa, são valores, para mim, permanentes”*. Sobre a pergunta específica, eu conheci o Marcos Valério em eventos, quando visitava a sede do PT, não em reuniões formais. Nunca participei de reunião direta com ele, seja em Minas Gerais, em Belo Horizonte, nas suas empresas, seja na sede do PT. Eram encontros ocasionais, presente na sede do PT, ou em São Paulo ou em Brasília, sempre acompanhado pelo companheiro Delúbio Soares. E, para ser muito preciso com V.Exa., eu o vi pela primeira vez, assim, que eu me lembro, quando visitei a cidade de Ipatinga, então Prefeitura do PT, numa visita que eu fiz à USIMINAS, numa visita pública à USIMINAS, uma visita institucional. Eram eventos e não reuniões de trabalho. Eu não tinha reunião de trabalho, eu não tinha reunião de decisão com o Sr. Marcos Valério. Sabia que ele era muito amigo do Delúbio e respeitava essa relação, como várias outras pessoas que tinham relação de amizade com os dirigentes do PT, ou relações de partido. E eu conhecia e cumprimentava todo mundo na sede, mas não



tinha uma relação funcional, de trabalho, ou de decisão com o empresário Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O senhor participou, obviamente, de várias reuniões na Casa Civil, como já aqui deixou muito claro. Disse que até o registro de 11 deve ter sido pouco, devem ter ocorrido muito mais.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Palavras de V.Exa. Só estou reproduzindo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – É. Não, está certo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Só estou reproduzindo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Não, onze é muito pouco, não é pessoal?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Pois é.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Era um Presidente muito omissos se fossem só 11.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E essas várias reuniões, de que V.Exa. participou na Casa Civil, em algumas delas esteve presente — não precisa ser todas as pessoas em uma mesma reunião —, mas em algumas delas, algumas pessoas, por exemplo, o Sílvio Pereira, o Marcelo Sereno, o Delúbio, o Roberto Jefferson, Valdemar da Costa Neto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Vamos deixar claro, Deputado. Em primeiro lugar, no ano de 2003, o Marcelo Sereno era funcionário da Casa Civil — no primeiro momento, como chefe de gabinete e, depois, como assessor. As reuniões — e eu disse isso publicamente e até falei isso na bancada —, a minha relação com o Governo era com o Ministro, eu só me relacionava com os assessores — e eu dizia isso para o dirigente do PT — quando o Ministro delegava. Então, o PT... Primeiro, o PT não tinha sala de reunião na Casa Civil, o PT não tinha sala de despacho na Casa Civil. O PT, os dirigentes do PT, com suas funções, que faziam reuniões lá, era em locais de assessores, ou em salas de reuniões formais com tarefas determinadas. Eu nunca participei de reunião com o Ministro José Dirceu com a presença do empresário Marcos Valério. Em relação aos Líderes e aos Presidentes de partido, eu tive algumas reuniões, quando se discutiu a composição do Ministério e aquelas negociações sobre a pauta do Congresso Nacional, ou quando tinha



reunião do Colégio de Presidente de Partido — teve duas com o Presidente da República, algumas com o Ministro José Dirceu, na sua sala de reuniões —, ou bilateralmente, quando era com esse ou aquele Presidente de partido. Como aconteceu, por exemplo, na minha última experiência, que foi a reunião aqui na Câmara dos Deputados para a eleição do Presidente da Câmara — que o PT foi derrotado. Eu procurei todos os Presidentes de partido, um por um, e fazia a reunião nesse sentido. Então, é provável que tenha tido reuniões do Presidente do PT com o Presidente de outros partidos na Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Mas sempre tratando de questões?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sempre tratando de espaço legítimo dos partidos do Governo, da pauta de votação do Congresso Nacional, que era o conteúdo programático dessa pauta de votação e da relação política do PT com a agenda do Governo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O senhor disse que a competência de V.Exa., na qualidade de Presidente do Partido dos Trabalhadores, era política e, portanto, V.Exa. fazia toda a ação política no sentido da relação do partido com o Governo, da relação do partido com a bancada, da relação do partido com outros partidos. Essa é a competência de V.Exa. na qualidade de Presidente do partido. Portanto, justifica, de forma legítima, inclusive, as relações com o Ministro da Casa Civil — porque era o articulador político do Governo, inclusive, não é? Disso eu posso depreender que a relação do Sr. Delúbio com o Ministro José Dirceu não era essa, porque essa era a função específica de V.Exa. Seria, portanto, a relação do Sr. Delúbio com o Ministro José Dirceu tratativas de como poderia o partido sair da situação de dificuldade financeira, inclusive herdada no período que o Ministro José Dirceu também era Presidente do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Eu já afirmei aqui que o Ministro José Dirceu não tinha qualquer interferência no funcionamento executivo da Executiva Nacional do PT. Em segundo lugar, os dirigentes do PT são dirigentes do partido. Eles têm funções específicas, porque são dirigentes do partido. O Ministro José Dirceu não tratava do funcionamento do partido nem de reuniões do Diretório Nacional. Sobre



os encontros do Ministro José Dirceu — e ele teve com outros dirigentes do partido, certamente; certamente na sua agenda deve ter outros dirigentes do partido que tiveram encontro com ele —, isso é legítimo num Governo de partidos, e numa democracia de partidos. Agora, sobre os assuntos tratados nessas reuniões, eu não posso ter conhecido desses assuntos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Eu me recordo, assim que surgiu o episódio do Sr. Marinho, dos Correios, setores do partido assinaram a CPMI, outros não, e me recordo que à época o Ministro José Dirceu, inclusive, acusava aqueles que tinham assinado de que estavam na Oposição e quem estava na Oposição tinha que procurar outro partido. E V.Exa., depois, na qualidade de Presidente do PT, fez gestões sistemáticas no sentido de convencer a maioria dos membros do partido para não assinar, e aqueles que já haviam assinado para retirar a assinatura. Essa ação, tanto do Ministro José Dirceu e de V.Exa., foi movida a quê?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Em primeiro lugar, a minha opinião sobre a CPI, ela é pública, foi pública e essa posição foi clara. V.Exa. sabe disso. Em reunião da bancada, que eu defendi publicamente, na bancada, teve uma negociação no Diretório Nacional quando eu conduzi uma negociação para que o PT não fechasse questão e o problema fosse resolvido no convencimento, no diálogo, como membro, como Presidente do Diretório Nacional. E eu sempre busquei tratar aquela questão com alguma flexibilidade, mas sem esconder a minha posição. Naquele momento, eu disse na reunião da bancada que o que estava sendo apresentado não era suficiente para instalar uma CPI, porque o Governo tinha meios e estava agindo para resolver aquela investigação. E eu quero ser muito transparente, porque a gente... Eu vivi 20 anos aqui no Congresso Nacional, e eu nunca esqueço — eu não sei se tem aqui algum membro da Comissão de Justiça, da qual fazia parte —, quando houve o problema da compra de votos com aquela matéria gravada e divulgada pela *Folha de S.Paulo*, nós fomos para uma decisão na CCJ parecida com esta. E, naquela decisão, com respeito a sua memória, eu nunca esqueço que naquela mesa da Comissão de Constituição e Justiça sentaram todos os Líderes do Governo, e o então Ministro Sérgio Motta afirmou categoricamente: “Vocês do PT, vocês da



Oposição querem essa CPI para derrubar o Governo. Nós não vamos aceitar essa CPI, porque ela tem como objetivo derrubar o Governo". Isso está gravado nos Anais da Comissão de Constituição e Justiça. E naquela reunião dramática da CCJ, aquela proposta de CPI foi enterrada. E eu dizia em determinados momentos: quando a gente é Governo, quem investiga é o Governo. Eu tenho essa opinião; respeito aqueles que assinaram. Se você é Governo, você está investigando. A Oposição está no seu papel, como o PT exerceu. Por isso que eu manifestei essa opinião, falei com os Deputados para retirar a assinatura, liguei — eu vou ser franco aqui — liguei para V.Exa. naquela noite para que V.Exa. retirasse a assinatura e liguei para todos. E alguns Deputados do PT mantiveram aquelas assinaturas, e ela foi oficializada. Portanto, isso foi uma ação pública, legítima que eu realizei como Presidente do partido publicamente. E estou citando esse episódio porque eu vivi com alguns aqui, naquela famosa reunião da Comissão de Constituição e Justiça, quando tinha fitas do jornal *Folha de S.Paulo* e aquela declaração peremptória do Sergio Motta junto com o então Presidente da Câmara, que não era Presidente da Câmara mais, o saudoso e meu amigo Luís Eduardo Magalhães.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, a última pergunta: Deputado José Genoíno, o ex-Deputado Roberto Jefferson afirmou que o então Ministro José Dirceu era o homem que tinha que dar a palavra final em toda e qualquer negociação. E fez até o exemplo de uma conversa realizada na sede do Diretório Nacional do PT, onde se discutiu o acordo de campanha, obviamente, como V.Exa. disse, dentro das alianças que estavam sendo formalizadas. E, formalizado o acordo, nem o senhor nem o Delúbio nem outros tinham a possibilidade da homologação e que, então, parece-me, se não me falha a memória, que V.Exa. ligou ao Ministro José Dirceu para ter a homologação do acordo que estava sendo formalizado entre PT e PTB. É verídica essa alegação do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Em primeiro lugar, não liguei para o Ministro José Dirceu, e várias pessoas que participaram de reuniões comigo, nesse período como Presidente do PT, sabiam que, quando se tratava de questões encaminhadas ao Governo, eu dizia: *"Eu vou encaminhar junto ao Governo, eu vou encaminhar"*.



Sobre as decisões do PT, elas não passavam pelo crivo do Ministro José Dirceu, porque as decisões da Executiva, elas estavam respaldadas pelo Diretório Nacional. E sobre essa reunião citada pelo então Deputado Roberto Jefferson, que teve uma reunião que discutiu o acordo eleitoral, eu não participei da reunião em grande parte porque eu estava despachando noutra sala. Ao ser informado sobre o acordo eleitoral — tinha um acordo eleitoral com todos os partidos da base aliada, que era um princípio da Direção Nacional. Aqui a resolução é muito clara, 2 critérios para fazer a aliança: o apoio ao Governo Lula e a viabilidade dos candidatos. Está aqui: item 1 - os partidos que compõem a base de sustentação do Governo; 2 - perfil dos candidatos. Isso estava aprovado pelo Diretório Nacional. Resolução do Diretório, não é da Presidência nem da Executiva. Então, nós tínhamos essa delegação do Diretório Nacional para fazer as alianças com os partidos aliados. Eu estou lendo aqui literalmente. Então, isso não é verdade. Em relação àquela reunião, tinha um acordo eleitoral. Esse acordo ia se desdobrar em despesa nas cidades em que nós íamos fazer acordo: *shows*, repito, televisão, *shows*, camiseta, material de campanha. E em algumas cidades o PT conseguiu viabilizar, em outras nem viabilizamos para nós mesmos. Uma vez eu respondi aquilo que o Deputado Roberto Jefferson falou em setembro de 2004. Eu disse: “*Olha, não tem nem para os do PT*”.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Antes de ouvirmos a Deputada Angela Guadagnin, eu quero lembrar aos Srs. Deputados membros do Conselho que na semana que vem, na terça-feira, às 10h30 da manhã, nós teremos a oitiva do Dr. Flávio Guimarães e outros diretores do BMG. Na quarta-feira — esse no caso do José Dirceu —, na quarta-feira, Deputados Pedro Chaves, Leandro Vilela, Pedro Canedo, que são testemunhas de defesa do Deputado Sandro Mabel, e na quinta-feira a Sra. Kátia Rabello, Presidente do Banco Rural, que é o processo do José Dirceu.

Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – Meu amigo, irmão, companheiro José Genoíno, neste momento fica parecendo, pelas indagações feitas



tanto pelo Relator quanto pelos outros 2 companheiros de partido que o interrogaram, que quem está no banco dos réus hoje representado é você, e não o senhor está sendo testemunha no processo representado pelo PTB, o José Dirceu. Antes de fazer as indagações, eu queria dar 2 testemunhos de ter sido Prefeita de uma cidade em que um Vereador do PT assinou uma CPI contra mim. Então, o testemunho fala dessa relação difícil entre Governo e Parlamento e, ao mesmo tempo, relação difícil entre indicações partidárias para exercer cargos, principalmente que muitos dos partidos que são da base do Governo Lula aqui, no Congresso Nacional ou nos Ministérios, nos Estados têm outra relação com os Governadores e fazem oposição ao Lula e ao PT nos Municípios. Então, com frequência a gente vê a militância do PT muito brava, porque tal pessoa que está ocupando um cargo indicado por um partido da base aliada faz na cidade uma oposição acirradíssima ao PT, inclusive às vezes sendo Vereador naquela cidade, ocupando um cargo de confiança do Governo, e faz oposição ao Governo do PT, ao PT e ao Lula. É só um testemunho das suas palavras e a nossa solidariedade, porque você não é aqui quem está sendo representado. E às vezes parece, as pessoas sentem, o próprio Relator, quando coloca algumas manifestações de opinião, não o faz como interrogatório e, sim, como manifestação de opinião. Ouviu, Sr. Relator? Estou falando com você. É que às vezes, durante o interrogatório que você fez ao José Genoíno, você fez algumas manifestações de opinião e não o interrogando sobre o assunto em que ele é testemunha indicada pelo PTB ao José Dirceu.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Talvez só pela falta de entendimento, mas eu peço escusas a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – Dentro do Partido dos Trabalhadores — eu não estou lhe colocando como réu no processo ou representado, mas para exatamente compreensão da dinâmica do PT, que às vezes alguns Deputados ou outras pessoas não entendem —, o senhor exercia algum cargo antes de ser presidente do partido dentro da Direção Nacional?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Antes de exercer o cargo de Presidente do PT, eu fiquei um ano e meio licenciado da Executiva. E antes desse um ano e meio — eu



fiquei um ano e meio para ser candidato a Governador de São Paulo —, eu participava um tempo na Executiva como vogal, era vogal mesmo da Executiva, e depois da eleição, em 2001, eu fiquei uns 6 meses como Vice-Presidente do partido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – Como Vice-Presidente do partido, participando do campo majoritário, o senhor sempre comungou e defendeu as mesmas opiniões do José Dirceu?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – É bom deixar claro aqui que a minha relação com o Deputado José Dirceu é uma relação política e muito franca. Na nossa experiência do PT, tivemos momentos de debate, de estar em chapas distintas e, em outros momentos, de estar em chapas comuns. Portanto, nós tínhamos opiniões, no fundamental, comuns e tínhamos divergências pontuais quando a gente, principalmente no início da década de 90, tinha chapas diferentes e na década de 80 com a fundação do PT. E mesmo quando a gente divergia e quando a gente foi da mesma chapa era uma relação política franca, transparente de dizer o que pensa e de debater no partido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – Genoíno, o senhor colocou que, em 2002 — e nós todos sabemos, que fizemos campanha para isso, ao nosso candidato a Governador em São Paulo —, o senhor participou das negociações partidárias entre partidos para a composição de alianças naquele momento, em 2002?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Para 2002 eu não participei. Eu estava licenciado da Executiva. E V.Exa. sabe que a minha candidatura a Governador de São Paulo foi o lugar que não teve aliança, foi chapa chamada no PT “puro sangue”. Eu era cabeça de chapa e o vice era o companheiro Luiz Marinho, também do PT. Nós fizemos uma campanha durante todo o primeiro turno em terceiro lugar, só fomos para o segundo lugar na última semana. No segundo turno, sempre em segundo. Foi uma chapa que não teve aliança em São Paulo. Praticamente não teve aliança em São Paulo. Teve basicamente com o PCdoB, que tinha a segunda vaga no Senado. Eu não participei de nenhuma negociação sobre o quadro nacional, porque eu estava ali concentrado na campanha em São Paulo. Eu comecei uma campanha com 4% para subir. Era uma campanha muito difícil. Era uma campanha da



estrutura partidária. Eu não tinha sede de campanha. É importante aqui... Eu não tinha sede do comitê de campanha. A sede da minha campanha era na sede do Diretório Regional. O coordenador da minha campanha era o Presidente do Diretório estadual, o companheiro saudoso Paulo Frateschi, que vai de novo disputar a eleição — digo saudoso, porque não eu estou lá com ele agora na disputa do PET. Era dentro do Diretório. Portanto, eu não tinha nem tempo para participar da Executiva, nem do comitê eleitoral da campanha nacional.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Aproveito para parabenizá-lo até. Sair de 4% e ir para o segundo turno é um mérito seu. Lógico que nós trabalhamos para isso, mas é um mérito muito grande da sua capacidade, da sua liderança. Em 2004, o senhor colocou aqui dessa participação. Queria que reforçasse exatamente para facilitar a compreensão do que foi colocado aqui, da sua participação dentro das alianças para poder deixar claro se houve ou não, já que o representado é o ex-Ministro, atual Deputado José Dirceu, de que era o mentor de todo esse processo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputada Angela, eu tenho aqui e tenho a legitimidade da resolução do Diretório Nacional que definia, primeiro: a tarefa central do PT era vencer as eleições em 2004. E o que era vencer? A resolução explicita. Era repetir as prefeituras que a gente já governava. Algumas a gente não repetiu. Ampliar as grandes cidades. Conseguimos em parte porque fomos o primeiro partido em capitais. Implantar o partido nas cidades que têm segundo turno. Disputamos 77 cidades em 90. E ampliar o partido nas cidades pequenas. Até surgiu uma polêmica — e a imprensa registrou isso publicamente — de que o PT ia sair mal nas grandes cidades e ia virar o partido dos grotões. Alguns até botaram em manchetes. Eu me lembro dessas matérias que foram divulgadas. O PT saiu de 2,5 mil diretórios para 5 mil e disputou a eleição em 4,8 mil, sendo que, na última eleição de 2000, foi em 2,2 mil diretórios. Portanto, havia essa deliberação. Vencer era ganhar as eleições com os aliados. Nós procuramos os aliados e fizemos um protocolo. A proposta de protocolo: fazer aliança. Aonde não dá, não ter guerra. Aonde não dá no primeiro turno, a gente fazer o segundo turno. Por isso, eu citei dois exemplos aqui de cidades que eu contrariei a direção local do PT e apoiei publicamente candidatos da



base aliada. Essa era a negociação que a gente fazia com os partidos. A parte financeira e material se concretizava em cada comitê eleitoral, em cada Município, em cada cidade. Tínhamos uma lista das cidades, porque o PT era cabeça de chapa, e cidades que o PT apoiava outros candidatos como cabeça de chapa. Essa decisão era da Executiva. Essa decisão era encaminhada pelo Presidente do partido. Por exemplo, eu quero usar e dizer isso claramente porque o PT do Brasil inteiro está me acompanhando de todas as tendências. Eu gastava 99% do meu tempo andando pelo Brasil. Visitei todas as capitais, todas as cidades que teve segundo turno e andava sozinho em avião de carreira, o que era extremamente difícil. Somente poucas vezes eu viajei em voo alugado — no Brasil inteiro. E eu ficava fazendo campanha na rua e não tinha como eu tratar da tarefa de arrecadação, da tarefa de pagamentos, de tarefa de negociações. É só olhar minha agenda e ver como é que a imprensa cobria minha andança pelo Brasil inteiro durante a campanha de 2004.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Da campanha de rua eu também sou testemunha. Eu lhe dei o braço, caminhando junto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E campanha de rua, de ir para a rua. Eu fazia isso. Tomava meu tempo. Era o que eu gostava. Eu até costumava dizer que campanha eleitoral o melhor lugar é a rua, porque o comitê geralmente tem muito problema. Então era isso que eu fazia. E a campanha eleitoral... Isso eu fazia com o PT com total autonomia. Os Ministros do PT faziam campanha nos fins de semana por conta do partido. Isso também foi registrado publicamente pela imprensa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E dentro dessa sua afirmativa, em algum momento o Ministro José Dirceu, Ministro da Casa Civil, participou das decisões de programas de Governo locais, das alianças, dos acordos entre os partidos?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - As decisões do Ministro José Dirceu eram como membro do Diretório Nacional. Tenho aqui as duas resoluções do Diretório Nacional que foram tomadas antes da campanha eleitoral de 2004.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele não estava presente então nessas reuniões de discussão partidária?



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Essas reuniões do Diretório Nacional tinham a participação constante, havia dois Ministros que participavam regularmente, vários, principalmente o José Dirceu, que estava sempre nas reuniões do Diretório Nacional, o Ministro Olívio Dutra, que nunca faltou a nenhuma reunião. Pelo menos desses dois eu me lembro bem; e o Ministro Luiz Dulce. Então, a participação era política nas reuniões do Diretório Nacional. A execução da campanha era de competência exclusiva da Executiva. E no que diz respeito à execução da campanha, a Executiva passava, a partir do GTE — e quero aproveitar essa oportunidade, porque o PT tinha um GTE nacional...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O que é o GTE, por favor?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Grupo de Trabalho Eleitoral. E nos Estados a mesma coisa. A agenda era encaminhada aos Ministros, e os Ministros se deslocavam para as cidades que o PT tinha como prioridades para a campanha eleitoral. Isso era o que nós realizávamos na relação com o Ministro José Dirceu, assim como outros Ministros do PT que participaram da campanha eleitoral.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor afirmou aqui que não existiu — abre aspas “troca de favores por votos no Congresso”— fecha aspas. Essa frase representa o quê, quando o senhor — abre aspas — “troca de favores por votos no Congresso”?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Reafirmo, Deputada Angela, que participando das principais negociações da agenda política no Congresso Nacional nunca vi, nunca falei comigo, nunca discuti apoio às propostas do Governo por qualquer facilidade financeira. Os partidos da base aliada participavam do Governo, e era legítimo participar, porque temos uma democracia de partidos. Sempre defendi, e muitas vezes tive divergência no PT, que deveria haver um Governo mais amplo, porque o Governo do PT deveria ser até mais amplo, com maior espaço para os partidos aliados. Sempre defendi isso publicamente. Nesse sentido que me refiro, nunca houve nas reuniões de que participei, que seja do meu conhecimento, que alguém tenha falado comigo, que alguém tenha discutido comigo, apoio à agenda do Governo com qualquer benefício financeiro.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nem troca de partido? O senhor que tem uma vivência muito grande, já foi Deputado em diversos Governos, o senhor observou como ocorreu. Nunca houve mudança de partido entre Deputadas e Deputados, que se elegiam por um partido, mudavam de partido, compunham base e saíam da base? Dentro desse tempo todo que o senhor foi Deputado e quando Presidente do partido, como era essa relação do Governo e do partido do Governo, do Presidente, com os partidos da base aliada? Havia mudança de partido? Aumentava ou diminuía o tamanho das bancadas?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Como Presidente do PT, a bancada do PT entrou aqui com o mesmo número de Deputados, e hoje tem até menos, parece-me. Portanto, não participei de qualquer negociação sobre mudança de partido. Justiça seja feita, isso foi público, convidei um Deputado para vir para o PT, mas o convidei publicamente...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN – Miro?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... na minha maneira de convidar que foi o Miro Teixeira. Eu o convidei publicamente por uma relação que é tão antiga como é minha relação no Congresso Nacional. Portanto, se o convidei publicamente é público, etc.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não sabe das mudanças de partidos dos outros?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não participava de qualquer relação com os partidos sobre mudança de partido. Agora, eu disse aqui e reafirmo: o nosso sistema eleitoral não é feito para organizar maioria; ele é feito para fazer o contrário. E todo partido de Governo, aconteceu em vários episódios aqui, faz base parlamentar. Por exemplo, no primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, todos sabem, o PSDB chegou com 54 e no final da legislatura estava com 100. É lógico, porque esse é um processo do nosso sistema eleitoral.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Espere aí, gostaria que o senhor repetisse, por favor, essa frase.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não estou fazendo juízo de valor, é que o sistema eleitoral não é feito para produzir maioria. Então, o PSDB elegeu o primeiro mandato



de Fernando Henrique Cardoso com 54 Deputados e terminou com 100. E inclusive, no segundo mandato, disputou a Presidência da Câmara porque ficou o maior partido. Então, o PT é um partido que tinha determinados critérios, determinadas obrigações estatutárias que não tinha como ele aumentar de Deputado. Sabe disso. Agora, podia ocorrer esse fenômeno no PT, se não fossem algumas exigências estatutárias? Ele podia. Eu não estou aqui fazendo juízo de valor. Eu estou depositando isso no nosso sistema de eleição, que não faz maioria. Então, esse é um processo que nós temos que discutir.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E dentro dessa discussão o senhor alguma vez tomou conhecimento se o ex-Ministro José Dirceu fez alguma — como Presidente do seu partido — interferência na vida dos outros partidos para troca de Deputados de um partido para outro?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não é do meu conhecimento, Deputada Angela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Outra coisa, o Deputado Júlio Delgado, o Relator, ele fez uma afirmativa de que o José Dirceu centralizava o partido. Como membro da Executiva e depois como futuro Presidente, o senhor vivia essa centralização que foi colocada José Dirceu como uma... não só uma liderança forte, mas assim uma liderança que — a palavra foi usada pelo Relator — centralizava todos os membros do Diretório, da Executiva?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputada Angela, cada dirigente político tem sua maneira de fazer política. E eu deixei claro aqui na minha abertura que o Ministro José Dirceu — hoje Deputado Federal José Dirceu — tem um estilo de fazer política, de escutar posição, de dizer o que pensa e de se manifestar dentro e fora do PT, como ele sempre fez. Teve momentos em que ele foi minoria, teve momentos em que ele ganhou com poucos votos, e teve momentos em que ele era Presidente do PT e foi um período em que a bancada teve mais autonomia na relação com a Executiva Nacional. E ele era o Presidente do partido, e eu convivi nesse período. Portanto, eu acho que a maneira de fazer política, qualquer um entre nós, independente de partido, tem seu estilo próprio de fazer política. E isso não pode implicar nenhum julgamento de valor sobre as características desse ou daquele político da maneira de fazer política.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Genoíno, dentro das indicações partidárias, o senhor deixou claro que não exercia esse papel, apesar de defender alianças amplas da composição de um Governo de coalizão. Nessas indicações que os diversos partidos fizeram, o senhor tem conhecimento de quais são os critérios para as indicações das pessoas?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputada Angela, em primeiro lugar, eu quero reafirmar aqui que o PT, dos 19 mil cargos DAS, o Governo do Presidente Lula trocou 5.314 — média igual à do Governo do anterior. O Governo anterior manteve essa média. O Governo anterior, dos 8 anos, manteve esse média de manter a maioria dos DAS. Portanto, está na média dos Governos anteriores. Segundo, no Governo do Lula, não houve retaliação nem perseguição a nenhum funcionário de confiança porque era de outros partidos. Até nós éramos criticados — e alguns sabem disso aqui publicamente—, porque tinha muita gente na máquina em cargo de confiança que não era da base aliada. Portanto, não houve nenhuma retaliação. Terceiro, desses 5.314, apenas 1.431 eram filiados ao PT e pagavam aquela tabela de 2% até 10%. Porque se criou a imagem de que o PT estava rico, porque cobrava dízimo — é para deixar esse número registrado. E os partidos da base aliada? É legítimo que o partido que participa do Governo tenha espaço no Governo, seja em Ministério, seja em cargo de livre contratação. Isso é legítimo no Governo do Lula e é legítimo em Governos anteriores. E aconteceu em Governos anteriores e acontece em Governos de outros partidos. Isso é legítimo. Também eu quero deixar claro que os interesses do PT eram representados diretamente pelo PT, através do Secretário-Geral, secretário de organização, companheiro Sílvio Pereira, representado junto ao Governo. E quando tinham divergências com os partidos aliados, negociava-se com os partidos aliados. Raras vezes...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Divergências de que tipo?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Raras vezes eu participei desse debate. Por exemplo, Deputada — e aqui alguns Deputados sabem disso —, às vezes no Estado tinha contradição entre o PT e os partidos da base aliada. Ao indicar o nome para o INCRA, ao indicar o nome para uma agência, ao indicar o nome para uma estatal, tinham verdadeiras disputas acirradas com a base do PT. E aí, sim, eu era



comunicado para discutir com o partido, para dialogar, para amenizar aquela situação. E os partidos aliados sabem como tinham essas disputas, como tinham essas divergências em áreas críticas. E como tinham essas divergências! Eu sempre defendi que se o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula tivesse ampliado mais com os aliados, era mais correto. E eu sempre lutava para ampliar. Eu sempre lutava para ampliar, porque eu acho que é um direito legítimo. O partido que apoia o Governo tem espaço no Governo. Isso é legítimo, isso é da democracia, isso é da representação partidária. E o nosso Governo não fez aparelhamento, nem ocupação da máquina do Estado. Eu coloquei os números aqui. Só para dar um número, no primeiro ano do Governo Lula, em 2003, nós mantivemos 76,2% dos cargos comissionados. No último ano, de 2002, do Governo Fernando Henrique Cardoso — também é um número que favorece ele — ele manteve 72,6% dos cargos comissionados. Portanto, estamos na média geral; portanto, não houve aparelhamento. E esses números podem ser acessados na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu só queria que o senhor complementasse quais eram os critérios para as indicações e quem definiu esses critérios.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sobre os critérios, o primeiro critério era o funcionamento da máquina pública. Não podia haver descontinuidade do funcionamento; segundo critério, a experiência e competência; terceiro critério, se no levantamento dos indicados se não tinha problemas graves na folha que era levantada junto aos cartórios, junto aos TCUs, junto à Justiça Federal, à Justiça Estadual. Esses eram os critérios adotados para isso. E algumas indicações do PT foram barradas, porque eram de companheiros que disputaram eleição e tinham cheque sem fundo. Outras pessoas que tinham processo na Justiça eram barradas. Esses eram os critérios usados. E se mantiveram na máquina pessoas de Governos anteriores, para deixar bem claro. Alguns cargos importantes foram mantidos — e corretamente mantidos —, porque era o funcionamento da máquina. E nós éramos criticados por isso, inclusive.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Genoíno, esse era o papel da Casa Civil?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Uma das funções da Casa Civil, uma delas, na parte legal, naquilo que é de sua competência, porque alguns cargos passam pela Casa Civil legalmente, noutros era competência da Casa Civil uma articulação política, a agenda do Governo, as prioridades do Governo. E uma parte dessas indicações, legalmente e obrigatoriamente, passavam pela Casa Civil. Noutras, direto com os Ministérios específicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputada, seu tempo já extrapolou 9 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, está bom. Então, é a última pergunta mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Não está bom, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Última pergunta mesmo.

O senhor colocou que participava dessas negociações com o Presidente do partido. Em algum momento o senhor observou que o ex-Ministro José Dirceu, Chefe da Casa Civil, dentro dessas negociações com os partidos, colocava algum critério para ser votado, para nas votações aqui no plenário ocorrerem troca de cargo, recebimento de recursos ou qualquer coisa nesse sentido?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A primeira discussão que fazíamos com os partidos aliados e com a bancada do PT era a importância, no mérito, daquela proposição e o que dava para negociar no mérito. E a reforma da Previdência foi exemplo disso, a reforma tributária, outro exemplo disso; segundo, a nossa co-responsabilidade com o Governo; terceiro, a necessidade de dialogar com a Oposição; quarto, a questão de como fazer, de como democratizar as relatorias desses projetos, porque era importante que todos os partidos da base aliada tivessem relatorias importantes e não apenas o PT. E o PT ao mesmo tempo reclamava — e V.Exa. sabe disso — que muitas relatorias não passavam pelo PT. Isso foi um exercício extremamente delicado. Não era brincadeira aquele processo de agenda complexa, difícil que tramitou aqui nos anos em que eu presidi o PT. Presidente, eu queria solicitar um intervalozinho, por razões objetivas e materiais. *(Risos.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Por questões humanitárias...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Por questões fisiológicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Está suspensa a sessão por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos reiniciar a nossa sessão.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, reitero a questão de ordem feita ontem com relação ao art. 12, inciso V, do nosso Regimento do Conselho. Cada conselheiro tem 10 minutos improrrogáveis. Está escrito no nosso Regimento, no inciso V. E eu solicitaria a V.Exa. o cumprimento do Regimento. Nas últimas duas intervenções tivemos tempos aí de 17 e de 25 minutos. Eu apelaria a V.Exa. para que nós cumpríssemos o Regimento, pudéssemos ser mais ágeis e ter uma oitiva bem mais adequada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - É obrigação da Presidência afirmar a procedência da solicitação de V.Exa. E eu faço um apelo — vamos ser mais patéticos —, faço uma súplica para que os nobres Conselheiros se atenham aos 10 minutos improrrogáveis, para a continuidade da nossa reunião, ainda que a sedução do nosso ilustre convidado e testemunha possa alargar a vontade e a necessidade de ouvir mais a respeito da sua experiência e daquilo que ele conhece em relação a esse episódio que estamos assistindo dentro da Casa.

Tem a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, ilustre Relator, ilustre depoente, Deputado José Genoíno, por cuja história tenho grande respeito — e faço questão de registrar isso —, Srs. Conselheiros, primeiro, um registro. O Deputado Colbert Martins, pela segunda vez, faz essa oportuna intervenção numa questão de ordem, mas, coincidentemente, é a segunda vez que ele faz, logo após dois Deputados do PT falarem e, exatamente, antes de eu iniciar a minha fala. É



uma mera coincidência, mas eu gostaria que, de início, fosse colocada essa questão do Deputado, que foi abordada em questão de ordem, de que, sempre nos inícios dos depoimentos... Porque, coincidentemente mesmo, sempre essas questões de ordem antecedem a minha fala e sucedem a fala de Deputados do PT que excedem 10, 15 minutos. E é coincidência mesmo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não há nenhuma intenção de outro tipo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tenho certeza absoluta. É marcação cerrada. Mas, de qualquer forma, retomando aqui.

Deputado Genoíno, com relação ao episódio da CPI, em que o PT fez alguns movimentos no sentido de que ela não fosse instalada, e o Ministro José Dirceu e outros que vieram aqui já disseram, inclusive, que foram movimentos porque entendiam que o Congresso deveria ter o seu normal andamento e a Polícia Federal e o Ministério Público Federal já estavam investigando na época da CPI dos Correios. Foi feito um certo movimento para que não se instalasse a CPI. V.Exa. Acompanhou isso por parte do Partido dos Trabalhadores?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Participei.

O SR. CARLOS SAMPAIO - Participou?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu participei e citei aqui a experiência que vivi no Congresso Nacional, em 1997, como Deputado de oposição, diante de uma proposta de CPI sobre aquela questão da reeleição e citei, para homenagear uma pessoa que sempre respeitei muito e faço questão de dizer isso: o então Presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, e do então Ministro Sérgio Motta. E as palavras do Sérgio Motta foram claras na CCJ e estão gravadas: *"Quem é Governo não faz CPI, que essa CPI objetiva derrubar o Governo FHC, e o PT queria derrubá-lo"*. Dizia isso claramente. E não deixou instalar aquela CPI da reeleição, em 97.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O que V.Exa. diria diante da frase que vou ler para V.Exa. dita por um Deputado: *"É evidente que a responsabilidade pela obstrução criminosa das investigações é do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva"*?



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não concordo. Eu acho que quem está no Governo tem como tarefa investigar, e quem está na Oposição tem que botar o Executivo para investigar, a quem está na Oposição é legítimo pedir a CPI. Eu citei esse episódio, como poderia citar outros espalhados nos Estados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não. V.Exa. inclusive está sendo coerente com a sua história. Essa frase fora dita pelo então Ministro José Dirceu contra o Presidente Fernando Henrique. Eu só mudei no final o nome do Presidente. *"É evidente que a responsabilidade pela obstrução criminosa das investigações é do Sr. Fernando Henrique Cardoso"*. Ele disse isso num artigo de jornal quando o Presidente Fernando Henrique disse que era contrário à CPI, justamente nesse episódio em que o Sérgio Motta disse que Governo é Governo e Oposição é Oposição.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E eu quero dizer, Deputado Carlos Sampaio, que eu conheci — e faço isso de maneira muito franca, porque eu tinha e tenho muitos amigos na Casa não por ideologia...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E eu sei disso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... e, com relação ao então Ministro Sérgio Motta sempre tive uma relação respeitosa com ele — e disse naquela reunião: "Sérgio Motta, eu não vou lhe criticar na CCJ por essa declaração, porque, na época do regime militar, você foi uma das pessoas que deu proteção às pessoas, e eu me sentia protegido". A mesma coisa eu disse para o Luis Eduardo. E só para esclarecer a V.Exa., eu, como Deputado Federal de oposição nunca tomei iniciativa de fazer — eu — um requerimento e coletar as assinaturas dos colegas sobre CPI. Não tem um requerimento de CPI protocolado por mim. Eu assinava, mas não tinha protocolado por mim. Os Srs. Deputados sabem qual era a minha maneira de atuação no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Genoíno, V.Exa. disse que não houve troca de favores no sentido de compra de votos e V.Exa. está convencido disso. Pelo que eu entendi...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, Deputado. Eu acho que... Eu não quero... Não me induza a uma conclusão que não foi isso. Eu disse exatamente o oposto: que



houve negociação política de mérito, de programa, de agenda do Governo, de negociações de mérito e nunca teve apoio ao Governo, nunca participei, nunca vi, nunca discuti apoio ao Governo por qualquer compensação financeira, por qualquer troca de apoio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É nessa linha que estou perguntado mesmo. V.Exa. está convencido disso?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca vi. Nunca participei.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Os empréstimos que hoje estão sendo evidenciados como empréstimos, em que pese os fatos estarem evidenciando que não eram empréstimos, mas os empréstimos mencionados pelo Delúbio e pelo Sr. Marcos Valério foram feitos para pagamentos de campanha do PT e de muitos partidos aliados, em razão dos saques feitos por integrantes do PP e do PL. Não seria uma forma de se fazer um pagamento em troca de votação? Porque essa composição de poder, eu concordo, é legítima e faz parte da democracia. As pessoas que ajudam a eleger ou compõem uma base aliada, compõem também junto à administração pública, até entendo isso. Mas esses empréstimos não caracterizariam, no seu entender, uma forma de pagamento?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não tive conhecimento, Deputado, de qualquer relação financeira ou movimentação financeira não contabilizada, além do empréstimo em torno de 2 milhões e 400 mil, no BMG, e de 3 milhões, no Banco Rural, que estão na prestação de contas do PT. E aqueles empréstimos registrados e na prestação de contas do PT e devidamente contabilizados foram para realizar as despesas do PT diante de situação de 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não. Isso V.Exa. já externou em várias oportunidades. Eu digo assim, hoje os fatos que vieram à luz, V.Exa. deve ter ouvido o Sr. Delúbio ter dito que tudo foi empréstimo que ele fez em nome dele para pagar dívidas de campanha. Acho que isso V.Exa. acompanhou. Dívidas de campanha. Ele disse que em momento algum houve compra de voto, houve mensalão, mensalinho, não importa. Houve, sim, empréstimos por parte do PT. Isso que ele disse. E esses empréstimos a CPI está evidenciando — V.Exa. deve estar acompanhando pelo noticiário — foram objeto de vários saques feitos junto ao



Banco Rural, e saques vultosos. Então eu pergunto a V.Exa. se V.Exa. agora, tendo ciência, caracterizaria esses pagamentos, que tinham inclusive periodicidade, como sendo uma hipótese de mensalão, ou dê-se o nome que queira dar, ou uma troca de favor envolvendo dinheiro, recursos?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado, eu não conhecia qualquer movimentação financeira do então Secretário de Finanças e Planejamento com o Sr. Marcos Valério não contabilizado nem conhecia qualquer movimentação ou saque de dinheiro no Banco Rural. Portanto, estou aqui como testemunha prestando esclarecimentos sobre fatos concretos, e não avaliando conclusões de investigações que ainda estão sendo feitas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se V.Exa. me permitir insistir na pergunta, eu não estou me referindo a V.Exa. E não é só que V.Exa. não sabia, o Brasil não sabia que existiam recursos não contabilizados, o Brasil não sabia dos empréstimos vultosos, o Brasil não sabia dos saques que estavam sendo feitos por partidos como o PP e o PL, aliás alguns integrantes, um minoria de participantes, mas agora isso veio à luz. Não dá para V.Exa., hoje aqui enquanto depoente, dizer que não saiba disso. Isso veio à luz. A minha pergunta é em cima de uma realidade. Isso que veio à luz V.Exa. encararia como algo que implicaria pagamento ou também na linha de caixa dois, de pagamento de campanha?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Como testemunha, Deputado. Eu estou na condição de testemunha, para deixar bem claro para a opinião pública ...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Evidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... e eu não vou tirar nenhuma conclusão de um assunto que é objeto dos membros do Congresso Nacional, do qual eu não faço parte. A minha tarefa constitucional aqui é depor sobre a verdade de fatos que eu tenho conhecimento, e não tirar as conclusões dessa ou daquela investigação que está se realizando, seja pela CPI, seja pelo Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. teve conhecimento pela imprensa dos saques que foram efetuados nos bancos?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tive conhecimento.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Teve conhecimento. Eu tão-somente queria saber se esse conhecimento de V.Exa. poderia implicar...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pela imprensa, a partir das denúncias. Eu estou deixando claro como testemunha: eu não tenho como missão constitucional fazer qualquer avaliação ou tirar qualquer conclusão sobre as investigações. Eu não sou membro do Congresso Nacional, eu não integro nenhum dos fóruns de investigação. Portanto, não vou aqui avaliar essa ou aquela investigação que ainda está sendo feita pelos órgãos competentes do Estado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu respeito a posição de V.Exa.

V.Exa. falou de um esforço extraordinário para formar a base que teve de ser feito. V.Exa. poderia explicitar o que seria esse esforço extraordinário?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Um esforço extraordinário, Deputado Carlos Sampaio, como V.Exa., como Deputado experiente de um partido que já governou o Brasil durante 8 anos e de vários partidos que governam Estados, tem para construir maioria, porque o nosso sistema eleitoral, ele não é feito para organizar maioria. E o PT, pela nossa história, o PT, pelas disputas, pelas diferenças nos Estados, essas dificuldades eram maiores. Por exemplo, a aliança no plano aqui do Congresso Nacional era uma coisa, quando chegava nos Estados a disputa com os petistas era muito intensa. Isso era um problema. Nós não elegemos uma maioria na eleição do primeiro turno e do segundo turno. Nós tínhamos que negociar com partidos que antes eram Governo. Nós tínhamos que fazer. Nós tínhamos uma agenda de divergências. A agenda que o Governo Lula tratou era uma agenda muito difícil. Em primeiro lugar, a situação econômica do País. Nós trabalhamos com o superávit, com a taxa (*falha na gravação*) da inflação que não era fácil. Era uma agenda com dificuldades. Isso era necessário enfrentar, era aquilo que a gente dizia: para governar a crise e a crise não governar a gente. Enfrentamos a reforma da Previdência que sempre foi um assunto polêmico, e tinha divergência dentro do PT e fora do PT — e sobre essa matéria, eu trabalhava muito à vontade, porque eu defendia a reforma da Previdência no Governo FHC — a reforma tributária e outras reformas do Judiciário. Portanto, essas eram as dificuldades para se votar aquelas matérias. E todos os colegas sabem, todos os companheiros e companheiras



sabem, que uma derrota na reforma da Previdência ou em matéria importante, como o art. 192 da Constituição, no primeiro ano do Governo, isso poderia significar um problema grave para a governabilidade do País, para a expectativa, porque a situação econômica do País era de debilidade, com o Risco Brasil muito alto, com a falta de credibilidade, com um certo temor em relação ao que seria o Governo do PT, o Governo do Lula. Foram essas dificuldades que nós trabalhamos aqui no Congresso Nacional e na sociedade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. se referiu aqui, usou até um termo, não me lembro em que momento, para dizer que foi uma média de 5 mil cargos, a média do Governo anterior. E também disse — V.Exa. e depoentes que o antecederam, em datas anteriores, sempre fazem essa comparação com o Governo anterior, dizendo *“assim como fez o Governo Fernando Henrique”*, *“assim como fez o Governo do PSDB”*. Só que deixam de pontuar uma coisa relevante: se faziam à época, era objeto de crítica, e de críticas ferozes, por parte do PT, e muitas vezes agressivas. Então, eu só pondero se essa reflexão de que *“era assim antes”* não é tão tranqüila de se fazer, porque era assim antes, mas a posição do PT não era assim antes. A posição era de enfrentamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V.Exa. tem razão ao fazer esse questionamento. E com a mesma legitimidade e razão que V.Exa. faz esse questionamento, eu, pessoalmente, então Deputado Federal José Genoíno, tinha na relação com o Governo do PSDB uma relação até de negociação direta com alguns de seus membros, até com o Fernando Henrique Cardoso, porque eu defendi, em alguns momentos, que houvesse uma negociação pontual sobre a reforma da Previdência. Quando comparei aqui os cargos não foi para criticar o Governo do PSDB, foi para dizer que na democracia é normal nos cargos de confiança haver troca. E tanto no Governo anterior como no nosso a média foi... O PT, até o número que eu tenho, o Governo do Lula, trocou DAS em torno de 5 mil 314 precisamente. Até o último número que eu tenho. Essa foi a média geral do Governo anterior. Isso é, no meu modo de entender, uma consideração respeitosa ao Governo de V.Exa., não uma crítica.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quando V.Exa. diz que, dentre as atribuições da Casa Civil, estaria a articulação e também as indicações, V.Exa. confirma, então, se é que disse isso, porque eu anotei aqui, que o ex-Ministro José Dirceu tinha, dentre suas missões, ajudar na construção da base aliada, ajudar na articulação da base aliada e, também, pensar junto com relação à composição do Governo e eventual indicação de cargos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - (*Falha na gravação.*) É que durante o ano de 2003, a Casa Civil tinha uma dupla função. Ela tinha a função de coordenação de Governo e tinha a função de articulação política. Ela tinha essa dupla função. E eu disse aqui que, pela lei, algumas indicações, pela lei, obrigatoriamente, passam pela Casa Civil. E indicações de partidos para um Governo de partidos — e eu disse aqui que o Governo Lula tinha que ter sido mais amplo com os partidos, e eu defendi isso no PT —, é legítimo que os partidos apresentem seus quadros e seus dirigentes para compor o Governo. Se V.Exa. tivesse sido eleito Prefeito de Campinas faria isso legitimamente. O Governador Geraldo Alckmin faz isso há muitos anos em São Paulo, e é legítimo, é correto, é da natureza da democracia num governo de partidos. E a Casa Civil tinha a função de articulação política e também a função legal de que algumas indicações, por dispositivo legal, passavam pela Casa Civil e eram de responsabilidade dos Ministérios. Era nesse sentido que o PT reivindicava junto ao Governo — o PT não fazia nomeação —, o PT reivindicava junto ao Governo os seus espaços. Alguns a gente não conseguia. E quando tinha atrito com os aliados — e eu digo aqui: esta Casa e alguns aqui presentes sabem como era difícil com o PT nos Estados. Era difícil. O PT criava problema, dificuldade, eu reclamava, eu ligava para o PT. Esse era um trabalho legítimo numa democracia de espaço dentro do Governo. É nesse sentido. E eu discuti isso com o Ministro José Dirceu, como, em 2004, discuti várias vezes com o Ministro Aldo Rebelo, que era o Coordenador Político.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, eu vejo que V.Exa. trata do assunto com naturalidade, como deveria ser tratado pelos depoentes que o antecederam. Porque alguns buscaram negar até com veemência: *“Não, não havia*



esse tipo de envolvimento, não havia esse tipo de indicação”, quando é função, é da natureza do Ministro da Casa Civil.

V.Exa. diria o que sobre a afirmação feita pelo Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, em entrevista que deu ao Jô Soares em data recente — abre aspas —: *“Pelo seu papel político e pela responsabilidade que tinha no Governo, José Dirceu deve explicações à Nação”* — fecha aspas. E completa, dizendo — abre aspas —: *“O povo brasileiro tem o direito de saber quem são esses 20 ou 30 Deputados que estão envolvidos nessa história”*.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sobre essa opinião do Líder do Governo, do Senador Aloizio Mercadante, não vou opinar sobre o mérito dessa opinião do Aloizio Mercadante, então Senador e Líder do Governo. Eu estou aqui na condição de testemunha e opino sobre fatos de que eu tenha conhecimento. Sobre opiniões políticas ou avaliações políticas, não vou opinar nem posso entrar, aqui, numa polêmica sobre essa ou aquela avaliação política.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu, como já disse, respeito a posição de V.Exa.

V.Exa. teve conhecimento de que o Sr. Delúbio, em seu depoimento na CPI dos Correios, disse que, na campanha de 2002, foi muito pressionado pelos diretórios estaduais e, para atender a esses pedidos, é que foi obrigado a fazer inúmeros empréstimos, definidos como caixa dois?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em 2002, Deputado Carlos Sampaio, eu não era integrante da Executiva Nacional, porque eu estava licenciado e era candidato a Governador de São Paulo e perdi para o candidato de V.Exa. no primeiro turno. V.Exa. sabe disso. Quando foi eleito Deputado, eu fiquei sempre em terceiro lugar. Foi uma campanha difícil.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em Campinas, eu perdi no segundo turno exatamente para o candidato de V.Exa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E ganhei no primeiro. Ganhei no primeiro, não é? Ganhei no primeiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E, no segundo turno, perdi para o candidato de V.Exa.



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é, pois é. Está vendo? Então, V.Exa. é testemunha de como eu estava trabalhando 100% na campanha eleitoral.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas V.Exa. sabe que ele, no seu depoimento na CPI dos Correios, disse que era muito pressionado. V.Exa., como Presidente, entende que um tesoureiro...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não vi, eu não vi esse depoimento. Eu não vi esse depoimento. Na época...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, eu vou reformular a pergunta: V.Exa., como Presidente de partido, sofre, sofria ou sabe que é da natureza da presidência sofrer pressões por recursos com relação aos Estados?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em 2004, o partido, nos Estados, pressionava a Presidência do PT para viabilizar as campanhas. E eu dizia: "Olha, não tem dinheiro, ou vamos ver se dá um jeito, e não é comigo que eu trato essa questão". Encaminhava e eu... Repito aqui: o partido inteiro sabe disso; o partido inteiro no Brasil inteiro sabe disso, porque eu andava pelo Brasil inteiro. Eu não tratava de dinheiro. Eu dizia: "Eu vou encaminhar para a Secretaria de Finanças". Lógico que é... Todo partido, em campanha eleitoral, não só o partido, os Srs. Deputados sofrem muita pressão por isso, qualquer político sofre pressão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Nelson Trad, a sua Presidência nos estimula e motiva. Nobre Relator, meu conterrâneo, Deputado Júlio Delgado, Srs. Conselheiros, Sra. Conselheira, meu nobre Deputado José Genoíno, permita-me assim chamá-lo, porque, primeiro, pelo trabalho, pela vivência e a competência de V.Exa. nesta Casa e, segundo, agora, na condição de aposentado, V.Exa. vai carregar esse fardo de Excelência por toda a vida — e que tenha uma vida muito longa, evidentemente.

Mas o senhor sempre foi um regimentalista de primeira, e eu queria lhe fazer uma ponderação. Nós vamos falar somente 5 minutos, apesar dos 10 minutos



concedidos. Eu vou usar, desses 5 minutos, dois quintos, e o senhor vai usar três quintos, democraticamente.

Muito bem. Talvez, as perguntas que eu lhe faça possam, à primeira vista, não terem, assim, um relacionamento direto com sua vinda aqui, como testemunha do representado, mas, para meu juízo, em termos do relacionamento do representado, e até mesmo das ações do Ministro José Dirceu, a meu juízo, realmente são absolutamente procedentes, e o senhor vai ficar muito à vontade para respondê-las ou não.

Primeiramente, eu lhe pergunto: na sua escala de avaliação, o senhor se sentia mais amigo, mais íntimo, política ou partidariamente, do Ministro José Dirceu ou do Presidente Lula, numa escala de avaliação?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Edmar Moreira, eu agradeço as manifestações de V.Exa. E, em primeiro lugar, eu quero dizer que eu tive... Eu sempre tenho um princípio nas minhas relações de amizade. Eu acho que as relações de amizade, elas têm uma autonomia em relação à unidade política. Eu fui algumas vezes criticado nesta Casa porque construí relações de amizade com pessoas que não pensavam como eu. Isso é público. Todos sabem disso. Quantas vezes eu tive essas manifestações! Em primeiro lugar, essa explicação. Segundo: a minha relação de respeito, de confiança no Presidente Lula, é muito grande. Com o Ministro Zé Dirceu, como Ministro da Casa Civil, e com o Deputado Zé Dirceu, nós temos uma militância antiga, que eu relatei aqui, de 37 anos de conhecimento, com intervalos. Como com outros companheiros que estão no Governo. Eu sempre disse que não... se não é amizade, por uma decorrência automática e mecânica da unidade programática e política. Você tem relações de aproximação até com quem você diverge. Eu tive um grande amigo meu, que eu chorei muito quando morreu, que eu disputava com ele a tarde inteira no plenário da Câmara, e quando terminava a sessão, ele dizia: "*Vamos sair para conversar e bater papo*". E os senhores sabem a quem é que eu estou me referindo. Então, eu tenho sempre isso na minha vida e tenho me... Alguns companheiros do PT, eu tenho uma relação de amizade muito grande, de respeito. Então, eu não vou... não tenho como fazer essa graduação nessa relação de amizade.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Entendi. Entendi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agora, eu digo para V.Exa. que são pessoas que eu confio, respeito, como militante político.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O.K. Obrigado.

O senhor... o senhor... É uma pergunta até de foro íntimo: o senhor tinha projeto de ser convocado para algum Ministério, ou não? Havia uma expectativa com relação a esse convite? Ou foi uma opção entre um convite que poderia ter sido feito e a Presidência do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Olha, a Presidência do PT, para mim — eu já disse aqui —, foi uma missão. Eu nunca recebi convite para ocupar Ministério. Havia especulações. Havia manifestações de avaliações. Portanto, a minha ida para a Presidência do PT, num mandato de transição, foi uma missão política. E, na minha vida, Deputado Edmar Moreira, eu sempre, em todos os momentos, eu cumpro missão política, desde quando estudante, depois quando saí da universidade — até hoje eu não me formei —, quando eu virei Deputado, quando, em alguns momentos, aqui na Câmara, eu fazia missão política. A política para mim é uma paixão, e quando eu sou convocado a uma missão, eu fiz. Eu não tenho... Portanto, eu não tinha uma busca, eu não estava procurando um lugar no Ministério. Foi uma aclamação a minha ida para a Presidência do PT. Não houve nem votação no Diretório Nacional, e eu achei que era uma missão a cumprir. Não estava na minha cabeça.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Correto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Na minha cabeça, Deputado, eu... Eu até digo isso muito francamente aqui, eu tenho refletido muito, desde quando eu fui candidato a Governador, eu tenho refletido muito que, no fundo, no fundo, no fundo, a minha cabeça é de um Parlamentar. Assim, no sentido da realização, da... Como eu vivia esta Casa intensamente, como eu me relacionava nesta Casa, como eu, às vezes, até vivi aqui dentro. Mas a gente faz missão. E foi uma missão ser candidato a Governador. Pela primeira vez, o PT foi para o segundo turno, e uma missão ser Presidente do PT.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O Deputado José Genoíno sempre foi um orador muito eloqüente. Estamos vendo que realmente ele estava com saudade do microfone. Nós não vamos estourar o tempo, não, Deputado.

Se o senhor fizer uma autocrítica, o senhor diria que exerceu a Presidência do PT, de direito e de fato, ou só de direito em toda sua plenitude?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exerci a Presidência do PT de direito e de fato, porque eu fui eleito por aclamação pelo Diretório Nacional.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - E, de fato, tomando conhecimento de tudo o que acontecia na partido e nas suas lides, nas suas batucadas e mesmo na Executiva Nacional do partido.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - De fato eu dirigi o partido na relação com as bancadas do Congresso Nacional, com as bancadas estaduais, com os Prefeitos, com os Governadores, com os partidos, com a sociedade, com as divergências internas do PT. Minha jornada de trabalho era em torno de 16 horas, de 18 horas. Era uma jornada intensa. Eu exercia plenamente a Presidência do partido.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Muito obrigado. Obrigado pela resposta.

Quando o senhor foi Líder do partido aqui na Câmara, aliás, com muita competência, um dia eu ouvi um comentário respeitoso, mas jocoso: "*O Genoíno pede CPI até de assuntos aleatórios*". Agora, o PT tem aversão a CPIs, pelo que temos visto aí, haja vista que o PT não queria a instalação da CPMI dos Bingos, CPMI dos Correios. Eu lhe pergunto, respeitosamente: essa metamorfose ética é devido à sua ausência, ou o PT, neste Governo, é um PT que pensa de modo diferente?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Edmar Ferreira, com quem nós....

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Moreira, Moreira...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Edmar Moreira, a quem a gente conhece há muito tempo. Eu disse aqui, Deputado, que quando exerci a Liderança do PT e também quando era Deputado sem ser Líder, eu nunca encabecei, por iniciativa de Deputado, requerimento de CPI. Eu não tenho um protocolado, portanto, para "*assuntos aleatórios*". Eu assinava, sim. Assinava. Mas eu tomar a iniciativa de encabeçar, não



existe até hoje. E quero fazer um registro que está na história: quando teve a primeira CPI que marcou a história desta Casa, e havia uma negociação sobre a ementa da CPI, eu defendia uma negociação para instalar a CPI do PC, o registro que a imprensa... Está documentado até hoje, está no livro *Notícias do Planalto*, do Sérgio Conti, era que eu era contrário à CPI do PC. Pode olhar naquele livro que está lá. Portanto, eu não tinha essa ânsia de CPI.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agora, sobre essa questão, eu deixei muito claro aqui. Quando o PT é Governo, ele tem os instrumentos de investigação, tem os instrumentos de trabalho. E o Governo Lula tem dado demonstrações disso, a Polícia Federal, o Ministério Público com a sua autonomia. E eu citei nesse processo, Deputado Edmar Moreira, as vezes em que as investigações do Governo Lula chegaram a pessoas vinculadas ao PT, e nós tivemos que fazer, em alguns casos, mudanças na própria carne. Portanto, não se trata... Portanto, não concordo com essa colocação de metamorfose que...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Ética.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... ilegitimamente V.Exa. usa.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu respeito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu acho que a ética é um princípio fundamental que você tem que levar em conta para investigar, para se relacionar com os amigos e com os adversários e também para fazer política. Política não é igual à ética, mas a política não é aética.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Outro dia tive oportunidade de fazer uma pergunta que não me foi respondida. Eu perguntaria ao senhor, que conhece a Direção do PT como ninguém: o senhor reputa que o PT seja mais disciplinado do que disciplinador, ou só disciplinador, tendo em vista, por exemplo, que o PT se mostrou disciplinador — sem entrar no mérito — da expulsão daqueles, parece-me, 4 companheiros de suas fileiras? E o PT se mostra, também sem entrar no mérito, absolutamente indisciplinado administrativamente, quando ninguém sabe, ninguém viu, ninguém referendou e ninguém tomou conhecimento absolutamente de nada do que o seu Secretário Delúbio Soares fazia.



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Edmar Moreira, em primeiro lugar, vamos situar as coisas como a verdade exige. Em relação aos Deputados que saíram do PT, houve um ano de negociação, de intensa negociação com aqueles 4 Parlamentares. Eu citei aqui uma lei, no caso, o art. 192, porque foi a primeira negociação que fizemos. Demorou um ano. E nós...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Desculpe, o senhor não precisa entrar no mérito. Eu também não queria entrar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu sei, mas tenho que explicar.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Pois não, pois não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Portanto, quero, em primeiro lugar, dizer que são coisas diferentes. Segundo: o PT é um partido que é democrático na sua concepção, na sua maneira de dirigir.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Genoíno, além de negociação, teve Conselho de Ética, discussão, etc., etc.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É. E esse processo, Deputado, eu expliquei aqui qual é a competência de cada membro da Executiva, de cada dirigente de partido, qual é a competência específica desse ou daquele Secretário. Respeitosamente, Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Para encerrar: como o PT realmente trabalha, e deve trabalhar, sob os rigores das leis e do Estatuto do partido, o senhor não se preocupa de amanhã vir chamado a ser responsabilizado pelo Conselho de Ética do partido, partindo do pressuposto de que o senhor, na função, quando investido na presidência do partido, deveria ser responsabilizado ou não por tudo o que aconteceu e por que o partido está sendo acusado através do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Silvio Pereira, do Sr. Marcelo Sereno e outros?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Edmar Moreira, eu exerci a presidência do PT. E quando a gente exerce um cargo público, pode ter deficiências, problemas e tal. Eu não cometi nenhum crime, nenhuma ilegalidade na presidência do PT. Sobre as avaliações do Conselho de Ética do PT, eu não vou opinar sobre um assunto interno do PT.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Ann Pontes com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Deputado José Genoíno, comungo com V.Exa. quando coloca aqui a busca da luz. É isso o que estamos fazendo: buscar a luz, buscar a verdade diante de tantas denúncias e, mais especificamente, diante da representação feita contra o Deputado José Dirceu.

E o cerne da representação — eu sempre volto a este ponto na minha fala — é o que afirma que o representado, em conluio com o Sr. Delúbio Soares, levantou fundos junto aos Bancos Rural e BMG, sob a intervenção e responsabilidade do Sr. Marcos Valério. Esse é um dos pontos da representação contra o Deputado José Dirceu.

E, mais abaixo, no segundo ponto, que esses fundos eram compensados pelo favorecimento a esses bancos, garantidos pela influência do representado.

Pois bem. Na última oitiva, em que o Deputado Chinaglia esteve neste Conselho, ele afirmou que o Sr. Delúbio teria praticado um “*excesso de ousadia*” — foi a expressão utilizada — quando tomou, por iniciativa própria, de contrair empréstimos para o financiamento de campanha de partidos, seja por intermédio de Deputados do PT, seja por intermédio de Deputados da base aliada.

V.Exa. teria condições de concordar com essa afirmação? Houve “*excesso de ousadia*”?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputada Ann Pontes, em primeiro lugar, quer dizer, vamos deixar claro: sobre os empréstimos no Banco BMG e no Banco Rural, eles foram feitos no momento em que o PT tinha dificuldades, em fevereiro e março de 2003. O PT tinha e tem condições e lastro para honrar esses compromissos, e deve honrar esses compromissos. E esses empréstimos estão registrados na contabilidade do partido. Sobre movimentação financeira não contabilizada que o PT e eu, como Presidente, não tinha conhecimento algum, nem sobre a relação desses bancos com os Deputados, eu não tenho condições de opinar, porque é um assunto que eu desconhecia totalmente. Eu, por exemplo, vim saber que existia essa agência do Banco Rural lá naquele prédio com as denúncias. Eu não sabia. Eu não



conhecia o nome dessas empresas, eu não sabia o nome delas. Eu quero deixar claro: eu me dedicava à direção do partido no sentido amplo. Portanto, agora, sobre a opinião do Líder Arlindo Chinaglia, eu tenho adotado uma postura, porque eu nem sou Parlamentar nem sou da direção do partido. E peço desculpas a V.Exa., a minha posição é no sentido de não emitir juízo de valor sobre qualquer pessoa que está sendo investigada ou está depondo como testemunha. Eu não emito juízo de valor nem opinião política.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo, Deputado. V.Exa. poderia informar a este Conselho com que frequência o Sr. Delúbio prestava contas de suas atribuições ao partido?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nas reuniões do Diretório Nacional, o partido tomava as decisões políticas, as diretrizes políticas da Executiva, e eram executadas no âmbito de arrecadação financeira e ordenação de despesa pelo Secretário de Finanças e Planejamento. Não tinha uma periodicidade determinada. A periodicidade formal e estatutária era determinada pela prestação anual de contas do partido, e nós prestávamos contas anualmente do partido, quando fizemos isso, em 2004.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Para quem era feita essa prestação de contas? V.Exa. poderia nominar?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A prestação de conta é apresentada ao Conselho Fiscal — está no estatuto do partido —, ao Diretório Nacional. E ela é assinada pelo presidente do partido e pelo Secretário de Finança e Planejamento, e encaminhada ao TSE. As prestações de contas das campanhas são apresentadas, como todos sabem aqui, pelos respectivos comitês financeiros das suas campanhas, das instâncias municipal ou estadual. Foi assim que a prestação de conta foi feita em 2004, na maioria das cidades. E a prestação de conta nacional, do Diretório Nacional, eu tomei conhecimento dessa dívida na prestação de conta — em torno de 20 milhões — que está contabilizado na prestação de conta junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não sei se este Conselho... Depois poderíamos deliberar se V.Exa. poderia nos fornecer não só a prestação de contas,



mas as pessoas. Nominar quem tomou conhecimento das atribuições, das atividades do Sr. Delúbio.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Olha, o Diretório Nacional, a Executiva, Deputada... E sobre a prestação de contas do PT, este Conselho pode solicitar à CPI dos Correios, que essa prestação de contas está toda lá, porque houve quebra de sigilo dos dirigentes do PT e da prestação de contas do partido.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Deputado. V.Exa. tomou conhecimento de que o Sr. Delúbio procurou o Deputado José Múcio para ajudá-lo a marcar um encontro com o então Presidente do PTD, o ex-Deputado Roberto Jefferson?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não tomei conhecimento, Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Qual o relacionamento de V.Exa. com o Sr. Marcos Valério?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Relacionamento ocasional, quando visitava a sede do PT, sempre em companhia do companheiro Delúbio Soares. Nenhuma relação direta com as suas empresas, de visita a suas empresas, nem diretamente com o Sr. Marcos Valério. Nenhuma relação comigo, o Marcos Valério, ou qualquer outro dirigente do partido ou qualquer outro dirigente partidário.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. chegou a participar de alguma reunião ou visita à empresa USIMINAS, da qual o Sr. Marcos Valério foi intermediário?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputada Ann Pontes, visitei a USIMINAS, e eu disse isso aqui — parece-me que foi a primeira vez que conheci diretamente o Marcos Valério —, em julho, no dia 1º de julho, precisamente. Acho que foi 1º de julho de 2003 que eu fiz uma visita à USIMINAS e à Prefeitura de Ipatinga, então governada pelo PT. E ao visitar a USIMINAS — e depois visitei a Prefeitura do PT, de Ipatinga, do então Prefeito Chico Ferramenta — eu me lembro de ter visto o Sr. Marcos Valério. Mas eu não tinha nenhuma relação direta com ele. Foi uma visita protocolar à empresa USIMINAS, porque eu visitei a Prefeitura de Ipatinga.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. confirma, então, que o Sr. Marcos Valério foi intermediário dessa visita?



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, intermediário, não. Eu visitei a empresa, visitei a Prefeitura, que era do PT, e eu o encontrei na empresa. Intermediário, quem me comunicou dessa agenda foi o companheiro Delúbio Soares. Eu não o vejo como intermediário. Agora, encontrei ele lá. Foi, eu me lembro, a primeira vez, na USIMINAS e depois eu visitei a Prefeitura de Ipatinga. Fiz inclusive uma plenária na Prefeitura de Ipatinga, na parte da tarde. Isso foi em julho. Depois eu vim para Brasília.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Ele só foi intermediário, ou participou dessa visita?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não sei, Deputada. Eu não o conhecia. Eu fui convidado pelo Secretário de Finanças para fazer essa visita, e visitei. Achei normal ir a uma Prefeitura do PT. E quem vai a Ipatinga, tem de ir à USIMINAS, porque a USIMINAS é uma instituição da cidade de Ipatinga.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Para concluir. O Deputado José Dirceu tinha conhecimento das dificuldades financeiras pelas quais passava o PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca discuti dificuldades financeiras do PT com o então Ministro José Dirceu.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mas V.Exa. não tinha conhecimento de que ele sabia das dificuldades?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu nunca discuti e nem que seja do meu conhecimento que ele saiba das dificuldades financeiras do partido, porque isso não era assunto que eu tratava com o Ministro José Dirceu.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - É, mas, em depoimento a este Conselho, o Deputado José Dirceu afirmou, sim, que tinha conhecimento das dificuldades financeiras. Quem sabe, quando ele voltar, ele nos informe quem teria passado a real situação do partido.

Para concluir, Sr. Presidente. O Deputado José Múcio afirmou a este Conselho que teria participado de uma reunião, na sede do partido, se não me falha a memória, aqui em Brasília, na qual V.Exa. teria participado, e que o ex-Deputado Roberto Jefferson teria dito que se recebesse mais 4 milhões ele conseguiria



resolver o problema dele com o partido. V.Exa. confirma essa reunião? E se confirmando, confirma este diálogo?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputada, eu quero... aproveito a oportunidade... primeiro, que o Deputado Roberto Jefferson, o então Deputado Roberto Jefferson insistiu muito, durante duas vezes, para um jantar no apartamento dele, num apartamento funcional. A primeira vez eu não pude ir, por conta de uma agenda; a segunda vez eu fui. E teve um jantar no seu apartamento funcional em que estava o Deputado José Múcio, em que estava o então Secretário de Finanças, Delúbio Soares. Este jantar, que não foi reunião, nem tinha como pauta. Ele inclusive insistia que era um jantar de confraternização, e a gente ficou falando sobre vários assuntos. E nesse jantar ele falava... Porque era num apartamento funcional, eu ficava conversando com o José Múcio, ele ficava conversando... Não era uma reunião de trabalho. Em alguns momentos, ele falava com o Delúbio sobre dívidas. E, para mim, eram dívidas da campanha nas cidades, porque o PT saiu com dívidas nas cidades, e também os aliados. Nós ajudamos alguns aliados no segundo turno. Não à altura que os aliados do PT solicitavam, porque nós tivemos dificuldade no sistema de arrecadação financeira de 2004.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, V.Exa. não confirma esta reunião...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não. Não teve reunião, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ... na sede do PT, aqui em Brasília?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não. Na sede do PT, antes da campanha eleitoral... Primeiro, estou falando do jantar. Na sede do PT, antes da campanha eleitoral, teve várias reuniões com os partidos para fazer acordos político-eleitorais. De algumas eu participava toda; de outras eu participava só no final. Teve a reunião com o PTB, eu não participei de toda a reunião. Na despedida, eu estava numa sala ao lado, com outra agenda. Eu fui e disse... *"Deputado, olha, nós estamos fechando acordo"*. E eu disse e vou reafirmar aqui: não existia planilha de dinheiro, o que existia era lista das cidades onde o PT era cabeça de chapa, e onde o PTB tinha cabeça de chapa. E a gente discutia o seguinte, 3 situações: aliança com o PT na cabeça de chapa; aliança com o PT apoiando os candidatos do PTB; e cidades em que nós tínhamos



disputa, em que tinha verdadeira guerra. Eu vou citar o exemplo da cidade cuja capital é do Estado de V.Exa.. Quem nos derrotou lá foi o PTB, na cidade de Belém. Como eu ia discutir aliança em Belém? Não tinha como. Então, era esse o debate, era essa a discussão que nós fizemos nesta reunião.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, V.Exa. não confirma que neste momento o Deputado Roberto Jefferson teria afirmado que se viabilizassem mais 4 milhões para ele...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, não tomei conhecimento dessa proposta, nem conheço essa proposta do Deputado Roberto Jefferson.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputada Ann Pontes, eu quero esclarecer, acho que é importante. A Deputada Ângela disse que a gente manifestou opinião. Devo manifestar opinião, constatação, e, daí, descobrir onde é que tem alguma inverdade.

Palavras do Deputado José Múcio, aqui neste Conselho, com relação ao fato que V.Exa. acabou de perguntar: *“Ouvi falar pela primeira vez desses 4 milhões agora em março. Roberto Jefferson ficou numa situação extremamente delicada com a bancada porque não tinha mais o que dizer, não tinha mais desculpas a dar, que as promessas não haviam sido cumpridas e que o cronograma não havia sido cumprido. Roberto Jefferson convidou para uma reunião, na casa dele, o Presidente do PT, José Genoíno, o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Emerson Palmieri, e me convidou, acho que no intuito de eu ouvir a conversa e levar para toda a bancada. E disse o Deputado Roberto Jefferson: ‘Vocês não cumpriram o que vocês prometeram. Se vocês me arrumarem mais 4 milhões, eu cumpro minhas obrigações com o partido. Preciso oficializar esse dinheiro que já recebi’. Foi aí, pela primeira vez, que eu percebi que ele havia recebido algum dinheiro. Acho que ele até não me comunicou que havia recebido, com a preocupação de, como Líder e testemunha do que estava se passando na bancada, eu não ficar pedindo a ele que ajudasse nossos Prefeitos e as candidaturas pelo Brasil inteiro.”*



Houve o diálogo acontecido na casa do Roberto Jefferson, ou não houve, de uma forma formal, conforme disse aqui o Deputado José Múcio, e conforme contradiz o nobre Deputado e Exmo. Sr. José Genoíno?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Relator, em primeiro lugar, houve um jantar — que pode se chamar de reunião, mas foi um jantar — na casa do Deputado Roberto Jefferson, com essas pessoas presentes, e que não tinha uma pauta, e nenhuma discussão sobre esse assunto. Nós conversamos sobre vários assuntos, que eram não de natureza política. Aliás, esse jantar, nobre Relator, eu quero dizer aqui para os colegas, eu não sei como é que determinadas coisas acontecem, porque um jantar como aquele, a maneira como se conversava não era sobre acordo financeiro, sobre nada. Na conversa, que não foi objeto de reunião, em determinados momentos o Deputado Roberto Jefferson falava com o Delúbio, separadamente, sobre dívida da campanha. Eu não ouvi 4 milhões, nunca ouvi 20 milhões, nem participei do envio de dinheiro na forma de mala. Dívidas que eu entendi que eram dívidas existentes nas cidades em que nós disputamos o segundo turno; dívidas que o PT tinha com o PT e dívidas que o PT tinha, nas cidades, com os aliados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira, o último titular inscrito para o cumprimento das suas obrigações no Conselho.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros Conselheiros e Conselheiras, Sr. Deputado José Genoíno, eu gostaria que o Edmar estivesse aqui, mas não está. O Edmar. Para dizer a ele que hoje perdeu o privilégio de ser o último. Mas eu queria fazer algumas considerações com relação à presença do Deputado Genoíno nesta Comissão. Eu conheci o Deputado José Genoíno, quando cheguei aqui em 1995. Realmente, nós fomos companheiros na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Tivemos alguns embates. O José era um dos mais competentes Deputados da Comissão de Constituição e Justiça. Na verdade, nós vivemos, naquela oportunidade, momentos muito singulares, principalmente quando se tratava... Ele fez aqui essa observação com relação à famosa reunião na Sala das Comissões para exatamente tratarmos do assunto que



dizia respeito à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que desejava apurar denúncias de que havia compra de votos na reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E eu confesso, com absoluta sinceridade, que eu não vejo nenhum pecado do Governo que passou em tentar evitar a instalação de CPIs, como também não considero que o Governo do Presidente Lula tivesse feito qualquer tipo de movimentação através das suas lideranças políticas para abortar qualquer tipo de CPI. Por quê? Todos nós sabemos que as CPIs... Sabe-se como ela começa, mas não se sabe como termina. Está aí o resultado. Nós temos hoje aqui instaladas 4 CPIs na Casa, e a Casa está totalmente parada. Não é de agora. Ela está parada e com paralisia definitiva, desde a instalação das CPIs. Até porque todo o poder de concentração está voltado para lá. O plenário é apenas debates, conversas, discursos etc. Nós já ultrapassamos a casa dos 100 dias, principalmente na instalação da CPI dos Correios, até num movimento apressado. E os reflexos estão acontecendo agora. As duas CPIs — Mensalão e Correios — se reuniram para listar os Deputados que foram citados e encaminhá-los direto para o Conselho de Ética. No que deu? Liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal suspendendo, pelo menos momentaneamente, a tramitação dos processos neste Conselho. Mas eu gostaria de, ao tecer essas considerações, fazer um comentário com relação ao Deputado José Genoíno, que como eu o conheci muito bem, e outros companheiros aqui o conheceram, como o Trad, os mais velhos, como Parlamentar...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Os mais antigos.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Tudo bem, os mais antigos. Quando eu falo mais velho não é mais velho em idade, é mais velho na Casa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Pode ser também. Não tem nenhuma dificuldade, até porque feliz daquele que chega a atingir uma idade, que possa ser tido como sexagenário. Eu sou muito feliz por isso. Quantos e quantos jovens a gente não vê chegar à idade que eu cheguei, que V.Exa. chegou, que o Trad chegou, e outros chegarão. *(Risos.)*



Então, o Deputado José Genoíno informou que foi cumprir uma missão como presidente do PT. Encarou como uma missão, no momento em que foi convocado para dirigir o PT. E realmente V.Exa., o seu perfil é de um grande Parlamentar. Sempre foi aqui um grande Parlamentar, e eu até estranhei quando foi candidato a Governador pelo Estado de São Paulo. V.Exa. mudou a rota.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Várias pessoas diziam isso para mim, inclusive na rua, quando eu fazia campanha.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Pois é, mudou a rota. Você era um grande Parlamentar, e a Casa perdeu na verdade um grande Parlamentar. Além de ser um grande regimentalista, era um Parlamentar tihoso e muito competente. Mas eu gostaria, Deputado, considerando esse período em que V.Exa. passou à frente da direção do PT, e em função de, como disse, o organograma do PT, as áreas autônomas, as áreas autônomas, e no que diz respeito especificamente a essa área de finanças do PT, que era tratada exclusivamente e com a competência exclusiva do seu Secretário de Finanças, o Delúbio Soares... Numa avaliação pessoal, acho que os membros do Diretório do PT, e V.Exa. com especialidade, devem ter aprendido uma grande lição, até porque o partido está posto até num processo, em determinado momento, de execração pública, por conta das ações que foram desenvolvidas pela Secretaria de Finanças, pela sua autonomia em tomar decisões, e muitas e muitas vezes até sem que o Presidente tomasse conhecimento. Porque quem fala em nome do partido, em juízo e fora dele, é o Presidente, é o Presidente. Será que, com tudo isso que aconteceu, o PT tem alguma idéia de modificar seu regimento para melhor adequar a autonomia absoluta que é dada a esse setor, para que isso não aconteça no futuro e as coisas sejam tratadas em comum acordo com o presidente do partido ou com até a Executiva? Neste momento V.Exa. demonstrou aqui que, na verdade, não tomava conhecimento dessas ações. Isso é apenas um comentário que eu faço, porque não está aqui em jogo, nem estamos aqui para ouvir a história do PT. Nós estamos aqui, V.Exa. está aqui como testemunha do Deputado José Dirceu. Então, eu gostaria de saber o seguinte: na sua avaliação pessoal, o que é que o senhor me diz a respeito da pessoa, do cidadão, do Parlamentar, do Ministro José Dirceu?



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Olhe, eu já reafirmei aqui, e vou reafirmar novamente, a minha relação é de respeito e de confiança com o militante José Dirceu, que conheci há 37 anos na luta. E foi tanto na luta, que eu fui preso quando conheci o José Dirceu. Fomos presos e processados, à revelia, pela auditoria militar, por manifestação, por manifestação de rua, por manifestação de rua contra o regime militar em 68, na Maria Antônia — conheci assim.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Centro de São Paulo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - em São Paulo. Eu era militante do Ceará no movimento estudantil. Portanto, eu tenho uma relação de respeito, tenho uma relação de confiança no militante, no então Ministro José Dirceu e no Deputado José Dirceu. Essa é a avaliação que eu tenho. Tem o seu perfil político, tem a sua maneira de fazer política. E eu historiei aqui que sempre ele disse o que pensava, disputou voto muitas vezes no PT, perdeu algumas vezes. E esta Casa é testemunha de que ele perdeu por um voto a Liderança da bancada. Eu citei esse exemplo, e acho que a maioria nem sabia desse fato, que ele perdeu a Liderança por um voto. Perdemos o encontro nacional por alguns votos — também é público isso — e também ele ganhou em outros momentos. Portanto, a minha avaliação é de uma pessoa séria, de confiança, e que eu respeito.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Para concluir, Sr. Presidente. Então, o senhor acredita e acha possível alguém que tem a história de vida que tem o ex-Ministro José Dirceu, que ele pudesse, em algum momento, pensar em se envolver nesse tipo de formação que a Nação tem tomado conhecimento? Ele era capaz disso pela aproximação, pela convivência, pela vida que os senhores tiveram em conjunto? Esta é uma informação fundamental. Ele é capaz de, na verdade, ser tido, como disse o Deputado Roberto Jefferson, o mentor de toda essa parafernália, inclusive, como disse o Deputado, ontem, no seu discurso de defesa no plenário da Casa, queria transformar esta Casa num verdadeiro prostíbulo?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, Deputado Benedito de Lira. Eu quero, em primeiro lugar, dizer para V.Exa. que este momento é doloroso para algumas pessoas que construíram uma vida política. E construíram essa vida política, eu digo isso tanto na minha experiência política como na experiência do então Ministro José



Dirceu e Deputado José Dirceu. Num dia desses, Deputado Benedito de Lira, mesmo com certas questões, e eu fui apresentar, eu fui solicitar de uma antiga concessionária de carro, onde eu vendi um carro, em 2002, para comprar um carro para o meu filho à prestação. Perguntou... pediu a nota para checar todas as notas. Disse que não tinha carro, disse qual era o meu bem... Era uma casa, apenas. Ele disse para mim: *“Como é que é? Mas você... você?”* Eu disse: *“Sou eu, sim”*. Ele disse: *“Eu acredito porque eu moro na tua rua, eu te vejo lá e sei onde você mora e o tamanho da casa”*. Esse processo é doloroso, Benedito, eu tenho... Por isso que eu respondi de maneira muito categórica para V.Exa.: a política tem o lado da poesia e tem o lado do sangue, nós estamos vivendo o lado do sangue. Tem coisas que têm que ser avaliadas, tem coisas que têm que ser discutidas e tem coisas que têm que ser bem mediadas. A pior coisa é prejulgamento. Eu tive uma lição de um Senador, e repito isso aqui, o Senador Jarbas Passarinho, uma pessoa de outra posição, que eu respeito, que quando tinha determinado julgamento da CPI do Orçamento... Ele era criticado, porque tem muita gente que não entrou na lista. Porque toda vez que tem CPI eles fazem a lista dos cassáveis. V.Exa. era lá da Comissão de Justiça e sabe disso. E o Senador Jarbas Passarinho comprou o Manual da Inquisição e fez uma dedicatória. Esse processo que nós estamos vivendo tem que saber situar bem quem é que tem culpa, quem é que não tem, senão vira um julgamento preventivo e político. E olha bem quem dizia isso: o Ministro Jarbas Passarinho, e tenho esse livro até hoje com a dedicatória dele, guardado. Portanto, Deputado, eu acho que tem essas questões que nós temos que ter muita cabeça fria e serenidade para fazer o julgamento. Não estou aqui fazendo nenhum julgamento. E sobre uma questão que V.Exa. colocou, a execração pública. Na política o julgamento é anterior a prova, V.Exa. sabe disso, o julgamento é anterior a prova. Ele já fez o julgamento, não precisa de prova. E eu acho que a gente tem que ter muito cuidado com isso, tem que ter muito cuidado, porque o princípio democrático está se contrariando naquilo que é essência da democracia. V.Exa. sabe o que significa isso. Quantas pessoas não já passaram por isso. Se o PT cometeu erro no passado, ele tem que reavaliar, sem prejulgamento. Eu sempre tive muito cuidado com isso, sempre tive muita cautela, porque isso é pesado,



porque diferente de outras instâncias do Estado, o julgamento é em cima de uma prova. Portanto, e sobre a área de... Eu acho que nós temos hoje, sobre essa matéria de finança que V.Exa. perguntou e não quero deixar de responder, ou nós temos um processo... Vamos ser claros aqui, nas nossas campanhas simples de Deputado, ou nas campanhas em que a gente dirige partidos, o assunto de finança, nas campanhas de Parlamentar, ou de majoritário, ou de campanhas de partido, é um assunto que se trata por responsáveis, todo mundo sabe disso. Ou nós temos na lei uma espécie de comitê financeiro, com um número de pessoas que não seja apenas um — e eu acho que essa é uma coisa importante, talvez, o PT modificar. Já vi que V.Exa. solicitou isso — ter um comitê financeiro, o tesoureiro...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Ah, sim?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ter um comitê financeiro, Deputado Mendes Thame, eu estou te falando da tesouraria do partido. E separar a tesouraria do partido da tesouraria de campanha, e não ter apenas um tesoureiro do partido, ter 3 pessoas que assinam a contabilidade e o cheque do partido. Porque para quem é Presidente do partido, que tem uma agenda, tem uma corrida muito grande, como é que eu vou avaliar este, aquele, aquele “x” ou “y” pagamento? Então, são mudanças que têm que ser processadas, e a gente tem que avaliar nesse processo. Agradeço as palavras de V.Exa., que sempre foi... Nós tivemos muitas disputas, mas também tivemos muitos entendimentos na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - São os colegas suplentes do Conselho que vão utilizar-se de 5 minutos, evidentemente, sem cortar e sem garrotear o sentido primeiro do Conselho, que é a apuração de fatos, para que possamos desatar com justiça esse processo.

Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, inicialmente, nas duas CPIs mistas foi determinado que os suplentes só vão votar se o titular faltar, e vão ser os últimos a falar. Mas foi-lhes reservado o mesmo tempo



que o Deputado Ricardo Izar também aqui tinha usado como critério. Porque nós ficamos aqui o mesmo tempo, chegamos, às vezes, até na frente.

Eu queria, inicialmente, das 3 rápidas perguntas que vou fazer, a primeira eu pediria que o Deputado Júlio Delgado tomasse maior atenção, porque ela está ligada ao cerne dessa convocação.

O Deputado Genoíno não vem aqui como acusado, vem como testemunha e testemunha arrolada pelo denunciante, não é nem pelo defensor, quer dizer, uma situação *sui generis*.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Arrolado pelo Relator.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Ah! pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - É.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Ah, pois não. Já mudou a situação. Perfeito.

Nesse sentido, nós achamos que as colocações que trazem o depoente não são neutras. Portanto, ele tem todo o direito de fazer juízos de valor para ajudar a formar a nossa percepção.

O processo de cassação de um Deputado não é um processo jurídico. Ele independe de provas jurídicas, ele é decorrência de uma percepção que esta Casa tem com relação ao decoro. O decoro é uma coisa subjetiva. Pode alguém não cometer crime nenhum. Mas um Deputado que vá ao plenário bêbado, faça algum ato que possa ser atentatório ao pudor, à moral, aos bons costumes, pode estar incurso na falta de decoro e não estar caracterizado como um crime.

Portanto, essa percepção que tem a Casa para cassar um Deputado ou não é algo que precisa ser levado em conta. Razão pela qual, se houver alguma subjetividade na pergunta, não seja esse o motivo para que o depoente deixe de responder, porque nos ajuda a formar a nossa percepção.

O relatório que vai fazer o Deputado Júlio Delgado, eu poderia votar a favor ou não. Depende da percepção que eu tenha em relação ao acusado. Por isso, é muito importante as respostas que venham a ser dadas pelo depoente aqui nesta Casa.



O que diz o Deputado José Genoíno, com toda coerência, em todos os depoimentos que fez? Nunca arrecadou recursos. O senhor nunca arrecadou recursos, nunca cuidou da parte financeira, nunca procurou recursos, nunca assinou cheques e despesas. Ou se assinou cheques, não sei, no seu partido, se o presidente assina os cheques juntos. Mas não tem condições de acompanhar a avaliação dos cheques e despesas correntes. Eventualmente, foi chamado para assinar um empréstimo — eventualmente. Uma coisa rara. Quer dizer, um empréstimo, empréstimos que perfizeram 5 milhões.

O senhor recebeu uma delegação de cuidar da parte política. Quem não cuida da arrecadação, não cuida da distribuição. Quem cuida da arrecadação? Quem cuida da arrecadação é quem tem a percepção das necessidades de um partido e corre atrás para tentar cobrir pelo menos parte das necessidades. Nós sabemos disso. Aqui só há políticos. Todos nós. Eu já fui Presidente de um partido. Se não é o Presidente que tem essa percepção das necessidades, ele não vai correr atrás dos recursos. Há alguém designado para isso. Ficou claro para nós: o senhor nunca cuidou da parte financeira, em todos os pronunciamentos seu e de outros.

Portanto, não houve um governo paralelo, como aqui foi perguntado. Paralelo significa duplicidade, são duas barras paralelas. Se o senhor não tinha a prerrogativa de cuidar da parte financeira, o que houve foi uma distribuição de funções. O senhor cuidava da parte política e outro cuidava sozinho da parte financeira. É essa percepção que estou tendo, e, se não houver ninguém mostrando um fato diferente, eu vou continuar com ela e vai influir no meu julgamento e no meu voto.

Portanto, o senhor, na minha visão, não pode ser acusado de culpado por omissão, não pode ser-lhe imputada a culpa por negligência, como ocorreu no depoimento em que 2 Senadores, o Mercadante e o Pedro Simon, disseram que lamentavam que o senhor tivesse sido omisso. O senhor não foi omisso, porque, o que é omissão, o que é o crime por negligência? É alguém que tem o dever de ofício de fazer alguma coisa e não o faz. O senhor nunca teve esse dever, o senhor nunca recebeu essa incumbência, essa prerrogativa, esse dever de cuidar da parte financeira. A sua parte é a parte política e, mesmo assim, um pedaço da parte política, pelo que o senhor disse hoje, a parte interna. O senhor cuidava das



Prefeituras, das bancadas, tal. Quando tinha relações com outros partidos, na hora do fechamento, envolvendo recursos, o senhor tinha que tirar o time e deixar essa parte financeira para ser fechada sem a sua participação ou com uma participação secundária.

Se o senhor precisar, em algum processo, de alguém que entenda que está convencido — não é jogo de palavras — de que o senhor é absolutamente inocente, até de culpa por omissão, pode me arrolar como testemunha, como sendo de um outro partido, porque eu irei dizer: o senhor não tem absolutamente culpa, o senhor não tinha essa prerrogativa.

Agora, todos nós aqui também sabemos, em todos os partidos, eu posso colocar como secretário, como tesoureiro, alguém que não tenha mandato, mas ele não tem cacife para tomar essa decisão sozinho, para decidir sobre o destino de 55 milhões de reais.

Portanto, se o senhor e as suas palavras aqui ajudam ou não o acusado, o José Dirceu... Se o senhor nos diz quem era esse comitê, quem é que tomava essas decisões, o senhor ajuda o Deputado José Dirceu na imagem que nós fazemos. Se o senhor não diz nada, nós ficamos com a idéia de que o comando dessas decisões todas vinha do Palácio. Essa é a idéia que nós temos. Essa é a pergunta mais importante. Eu acho que é o cerne da questão e é essa a razão. Sabemos se esse comando, essa arrecadação e distribuição de 55 milhões, que não interessa a periodicidade, se é mensal, bimestral, não me interessa se é dinheiro de campanha ou não, porque aqui não se discute isso, aqui se discute outro item: se houve distribuição de recursos e se houve alguém recebendo vantagens indevidas, que é o que caracteriza o decoro. Essa questão que é chave.

Segundo pergunta, essa é a mais importante, acho que é o cerne da questão. Agora há duas perguntas complementares. A segunda pergunta, assim o senhor já responde tudo. Eu parto do pressuposto que o senhor é uma das pessoas mais honestas com quem tive o privilégio de conviver. Tê-lo como companheiro aqui foi para mim, realmente, um privilégio, uma pessoa extremamente honesta, conceitualmente honesta, nos votos, nas posições que tomou e, tenho certeza, também na sua vida pessoal. Segunda pergunta: aqui foi dito que o Sr. Marcos



Valério foi para Portugal com uma dupla delegação, do PT e do Governo Lula, e que lá ele se apresentou com duplo passaporte, um passaporte representando o PT e o Governo Lula. Pois bem. Todos os depoentes que aqui vieram depois negaram essa afirmação original do Roberto Jefferson de que ele teria ido lá representando o Governo Lula, mas ninguém negou que o Sr. Marcos Valério tivesse ido a Portugal representando o PT. E ele mesmo afirmou que foi a Portugal representando o PT e não o Governo Lula, o próprio Marcos Valério. Todos, dentro dessa linha do Delúbio de dizer que toda a culpa é dele, sobre assumir uma culpa, passaram tudo para o PT. A pergunta que lhe faço é a seguinte: ele recebeu de V.Exa. essa delegação para ir a Portugal em nome do PT, coisa que não foi negada por ninguém? Terceira pergunta e última: o Sr. Silvio Pereira declarou na CPI dos Correios que fazia, em nome do PT, a parte política, as negociações na Casa Civil para nomeações e cargos no Governo. Coisa normal: o Governo ganhou a eleição, uma eleição difícil, recebeu 52 milhões de votos, mais do que justo que ele e os aliados ocupem cargos no Governo. Quando nós vimos... Em 2003, quem distribuía esses cargos era a Casa Civil. Em 2004, formalmente, de direito passou para o Aldo Rebelo, mas, na prática, dizem que o Silvio Pereira é quem fazia essa distribuição, e ele realmente afirmou isso na CPI dos Correios. Essa delegação política, que é da sua área, foi passada para o Silvio Pereira? E, quando foi passada essa delegação para o Silvio Pereira, houve alguns critérios? Por exemplo, vamos pegar um caso grave para o Estado de São Paulo, que é o nosso. Não vou falar do INCA, do Hospital do Câncer do Rio, nem do caso das nomeações da FUNAI, que influíram na morte dos indiozinhos. Vou pegar um caso de São Paulo de extrema gravidade. Direção, Presidência do IBAMA em São Paulo, para o qual o Sr. Silvio Pereira nomeou a sua prima irmã. Quando o senhor passou essa delegação, houve alguns critérios que o senhor pediu ou deixou livre? Ele recebeu uma delegação completa nessa área política para nomear quem queria? Por último: o Sr. Delúbio, que era da área financeira, também recebeu de V.Exa. alguma delegação para atuar na área política negociando cargos e projetos? São essas as perguntas, por favor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Mendes Thame, ainda bem que V.Exa. começa dizendo que as colocações não são neutras.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Também as perguntas não são neutras. Também as conclusões tentadas não são neutras.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Lógico, evidentemente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Também as conclusões tentadas não são neutras. Também as intenções não são neutras, claro. E é perigoso nós assumirmos publicamente que o julgamento é político. É perigoso para a democracia — eu quero reafirmar isso aí. Esse foi um debate que acompanhou muitas vezes esta Casa. E um dos fatos que mais atormentou a minha consciência, Deputado Mendes Thame, foi quando esta Casa cassou, partindo da idéia que era um julgamento político, o mandato do então ex-Presidente da Câmara Ibsen Pinheiro. Mas se é político, se faz um juízo subjetivo na Casa. Isso me atormentou muito, porque nós também temos que ter cuidado ao fazer um julgamento de uma subjetividade que é minha. E, se eu transformo aquela subjetividade em maioria, eu estou legitimando. Não há força nem o arbítrio, mas estou legitimando o princípio que fundamenta a força e o arbítrio para fazer qualquer julgamento. Quando eu me sentava num interrogatório, na época do regime militar, eu partia da seguinte pré-condição: você é culpado. Agora vamos esclarecer dessa maneira qual é o tamanho da culpa ou os detalhes dela. Isso é um perigo, e a história da humanidade registra muitos fatos graves. Seja a esquerda, seja a direita, tem que ter muito cuidado e muita cautela quando afirma que o julgamento é político. Mesmo quando o critério de subjetividade é para examinar o mandato, tem que ter um fato concreto. V.Exa. citou: *“Pode ser um bêbado?”* Pode, mas tem um fato concreto. Pode ser uma pessoa que tirou a roupa no plenário, como já aconteceu uma vez? Foi fotografado. Não tirou a roupa, mas foi fotografado sem roupa. Teve uma cassação, é verdade, mas teve um fato concreto. Agora, sem o fato concreto, é um problema grave a gente partir desse pressuposto. Portanto, V.Exa. esclareceu preliminarmente o debate e me possibilitou esclarecer isso. E eu acho que esse debate a gente tem que fazer até de natureza filosófica, porque, quando você tem um processo de prejulgamento aleatório, é muito grave. E eu vou ser franco, Deputado Mendes Thame: V.Exa. é muito competente, mas também tem



uma posição muito clara e a reassume aqui, ao se referir ao PT e ao Governo do PT, e não esconde, e é legítimo. Eu fui objeto de uma informação "mancheteada" de que eu teria movimentado 500 mil numa conta bancária em 15 dias. Foi a manchete. Todo mundo leu aquela manchete e disse: "o Genoíno movimentou 500 mil em 15 dias". Mas a informação não dizia que eu tinha sido candidato a Governador e não dizia um detalhe: que todos nós, quando somos candidatos, temos que abrir uma conta com o CPF, quando registra a candidatura e quando termina a eleição. Agora, se você puxa o CPF, aparece uma conta do Genoíno com 500 mil em 15 dias. E essa é a manchete, mas não dizia que eu era candidato a Governador de São Paulo. E faltava a segunda informação: que, durante a campanha, a Receita Federal e a Justiça Eleitoral baixaram uma resolução criando um CNPJ para os candidatos majoritários, e me deu um CNPJ, e eu tive que fazer a (*ininteligível*). Veja bem: isso representou um julgamento, e eu fui questionado sobre esse julgamento. Por isso que o critério da subjetividade tem peso, é um peso e complicado, é uma faca de 2 gumes. Nem podemos cair no 8 nem no 88. Às vezes, tem que buscar uma situação. Sobre a questão de julgamento de culpabilidade, isso não vou discutir, nem é minha competência debater aqui o grau de culpabilidade, até porque essa questão da culpabilidade tem um debate de natureza até teórica sobre o conceito de culpa individual ou coletiva, e aquilo que é de responsabilidade política. Eu reafirmo: eu tive responsabilidade política como Presidente do PT, e nós temos que estar abertos, e eu vou prestar conta da minha Presidência no PT. Agora, na Presidência do PT, não cometi crime, nem cometi ilegalidade. E, em relação ao partido, eu quero prestar essas informações aqui: a Executiva tem um mandato do Diretório Nacional. Ela é eleita pelo Diretório Nacional, pelo voto do Diretório Nacional. O Diretório Nacional é eleito pelos filiados, e o Estatuto do Partido, que é a Constituição do partido, define quem arrecada e quem ordena despesas no partido. E, ao se referir a esta questão para a Presidência, o art. 195, § 1º, diz: assinar, assinar as contas e a movimentação financeira — assinar. Não é determinar, não é captar, não é ordenar despesas. Isso é a Constituição. E essa Constituição do partido está registrada no Tribunal Superior Eleitoral, e é o documento legal do partido. Portanto, eu não concordo com a idéia de que se busque agora um culpado, o invisível. Eram as



funções do partido, que têm que ser avaliadas. E, nesse sentido, eu quero deixar claro para V.Exa. que não houve nenhuma delegação do partido, nem da Presidência do partido para alguém representar o PT em Portugal. Portanto, se V.Exa. não tinha essa negativa, agora tem: o PT não deu delegação para alguém representar o PT em Portugal, no caso, o Sr. Marcos Valério. Sobre o Silvio Pereira, o Silvio Pereira é Secretário, era Secretário de Organizações e Secretário-Geral. Quais eram os critérios que nós tínhamos para fazer as reivindicações do PT? Primeiro: não ter perseguição, não ter retaliação com a administração anterior, e o Governo do Presidente Lula foi o que fez a transição mais civilizada na história das Prefeituras e dos Governos Estaduais. Nós fizemos a transição. Talvez a gente tenha, hoje a gente faz algumas críticas e esteja pagando um preço político por ter pactuado uma transição que depois se voltou contra. É bom deixar isso claro. Mas fizemos. E uma das diretrizes era não ter perseguição. Deputado Mendes Thame, eu fui criticado, eu fui criticado porque mantivemos, o PT defendeu que se mantivessem órgãos do Estado, administradores anteriores. Eu vou citar um exemplo aqui, e eu quero que o Deputado, que sabe disso muito bem: áreas críticas. O PT não queria que mantivessem os administradores anteriores, e a gente defendia que mantivessem porque eram competentes, e a máquina tinha que continuar. E nós mantivemos, do Governo de V.Exa. Era um critério, outro mudou. Segundo, o critério do funcionamento da máquina. Terceiro, o critério da competência. Quarto: o critério de compor com os partidos da base aliada; quinto, o critério de que, ao fazer o levantamento nos cartórios, na Justiça, não ter nada contra o indicado. Tinha problemas, iam uma primeira vez, iam uma segunda vez. E não houve grandes problemas nas indicações. A questão da prima irmã do Silvio Pereira, Deputado, se esse foi o motivo para julgar o Silvio Pereira, eu acho que nós deveríamos fazer uma avaliação de todos os Governos Estaduais, de todos as Prefeituras que têm parentesco maior do que prima irmã para exercer uma função, até porque, essa relação de consangüinidade, se for impeditiva, nós estamos quebrando um princípio civilizatório. Como V.Exa. sabe muito bem disso, é um problema, sabe disso. Eu poderia fazer um julgamento de valor perante esta Comissão dizendo que o ex-Presidente da República, quando botou para uma agência tão importante como a



ANP o seu genro, estava contrariando um princípio republicano, e não estava. Eu disse isso na época, e fui à Comissão e tive a coragem de dizer, na Comissão de Minas e Energia, que o Davi tinha competência e condições para ser Presidente da ANP, e que, quando se estabelece relação sangüínea para vetar ou para aprovar, é um erro. Portanto, eu acho que o parentesco não impedia. O que impede é a incompetência. É claro que tem que haver proibições até o segundo grau, tem que haver determinadas funções quando há hierarquia direta. Era basicamente isso que eu queria esclarecer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Eu agradeço. Só um rápido detalhe. As perguntas foram muito bem respondidas, só ficou uma dúvida: se realmente não houve nenhuma delegação formal do PT para que o Sr. Marcos Valério representasse o partido lá em Portugal, é sinal de que, não havendo de sua parte, ele não foi lá tratar de política. E ele deve ter ido lá tratar das mesmas questões financeiras que o senhor não conhece, que foram surpreendentemente depois reveladas. Essa é a conclusão que eu fico.

O SR. JOSÉ GENOINO - Eu reafirmo o que eu já disse: não havia delegação do partido para representação em Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Penúltimo suplente. Tem a palavra o nobre Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Amigo Genoíno, eu tenho visto e lido em alguns jornais — você também já teve ter acompanhado... Posso chamá-lo de você, porque nós somos amigos...

O SR. JOSÉ GENOINO - Claro.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - ...Arnaldo Jabor, na *Globo*, *O Estadão*, a *Folha de S.Paulo*, vários comentários sobre um plano de poder. Se existe um plano de poder, tem alguém que organiza esse plano de poder. Aliás, até o Arnaldo Jabor, da *Globo*, tem sido até incisivo nesses comentários — você já deve ter ouvido e visto ele — que se manteria agora, por exemplo, o Exército Brasileiro a pão e água, até o ano que vem; se manteria o MST num processo de organização; que se faria no País o desarmamento da população; que esses recursos amealhados por seu Valério seriam usados na campanha do ano que vem para se



fazer a maior bancada da história, e lá, sim, o plano de poder seria incrementado, numa mudança de regime no País, tornando-se o José Dirceu o Primeiro-Ministro. E aí se implantaria um plano de poder da esquerda no Brasil.

A pergunta que vou fazer é bem curta: “im ou não? Existe esse plano?”

O SR. JOSÉ GENOINO - Deputado Nelson Marquezelli, plano de poder com essa visão conspirativa, simplista, como se a história se reduzisse a uma conspiração na cabeça fértil de um analista, é complicado. Segundo, é interessante, teve agora uma eleição no Japão, o então Ministro Koizumi teve uma maioria esmagadora, e eu não vi nenhum comentarista dizer que estava tendo um partido exclusivista, que é o PLD — Partido Liberal Democrático, e que estava tendo uma força. Portanto, quando o PSDB ganhou da gente no primeiro turno, em 98, uma bancada majoritária aqui, três quintos folgados, Governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais derrotou... Nós perdemos em Porto Alegre, só tinha Brasília e outro, nunca ouvi um discurso de que era um plano hegemomista, mesmo quando o então Sérgio Motta, naquela histórica reunião da CCJ, disse: *“Essa CPI tem que ser barrada! Vocês querem derrubar o Fernando Henrique Cardoso, e o nosso plano é de governar o Brasil por 20 anos!”* Eu nunca vi um analista dizer que era um plano conspirativo de um partido autoritário e hegemomista. Um partido político tem direito a aumentar sua influência e a ter sua hegemonia política. E nós, Deputado, vamos ser claros, não é conspiração. O PT não tinha maioria — é há provas de que não temos —, queríamos ganhar a eleição de 2004 para aumentarmos a nossa influência, aumentarmos as Prefeituras nas cidades pequenas, porque a imprensa dizia que o PT ia para os grotões, porque estava perdendo os grandes centros, e nós ganhamos nos grandes centros; e disputar 2006 com condições de vitória, como o PSDB legitimamente disputou 98 e ganhou da gente no primeiro turno. Isso é da legitimidade da política. Portanto, não tem essa conspiração. E essa conspiração é tão fértil, que produz esse tipo de conclusão. Eu acho que o Governo tem duas dívidas, e quero deixar claro aqui: primeiro, em relação à reforma agrária, o nosso Governo tem uma dívida e em relação ao compromisso com os militares, eu acho que o Governo devia, nesse mês de setembro, honrar e cumprir o aumento dado aos militares. E desarmamento em relação a essa questão não tem nada a ver.



O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Segunda pergunta: os acordos políticos, financeiros, quem decidia? O Duda Mendonça recebeu lá fora 10 milhões; 4 milhões e meio aqui; o PL, 6 milhões e meio, confessou aqui na nossa Comissão, em 7 parcelas; o PTB, 20 milhões, recebeu 1, faltam 4; o PP, 3 milhões e meio, em duas vezes. A pergunta é essa: quem decidia, a quem e quanto receber, quem fazia essa decisão?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A Direção do partido decidia os acordos políticos e eleitorais. O tamanho, os métodos, a maneira de realizar é de competência da Secretaria respectiva para a execução.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, eu acho que a maioria das questões foram feitas, o Deputado José Genoíno, eu acredito que respondeu de forma bem objetiva a todas. Eu só gostaria de colocar, Deputado José Genoíno, que nossa preocupação é ter esse entendimento de dificuldade de saber que as decisões políticas eram tomadas por uma área, e as decisões financeiras por outra. E parece que é uma coisa estanque dentro do PT. Uma coisa não contamina a outra dessa forma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Colbert, em matéria de funcionamento estanque, a gente talvez seja da mesma geração, em que a esquerda aprendeu o conceito de estanque noutro sentido. As diretrizes políticas eram tomadas pelos órgãos de direção; a execução dessas diretrizes, nas respectivas Secretarias do partido. Em relação à questão financeira, a competência da Secretaria de Planejamento e Finança do partido era viabilizar os recursos e ordenar as despesas.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor assinou os contratos do banco, esses 2 contratos que o PT tem, o senhor assinou na sede do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Assinei na sede do PT...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Na sede do PT.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Apresentado pelo Secretário de Finança e Planejamento, Delúbio Soares. Assinei em confiança.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Com as devidas garantias que o PT apresentou à época?

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Claro.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E esses outros empréstimos que o senhor tomou conhecimento?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não tive conhecimento de nenhuma movimentação financeira não contabilizada pelo partido. Tenho conhecimento das dívidas que o partido teve na campanha eleitoral: 20 milhões do Diretório Nacional e algumas dívidas nos Estados, que eu não tenho isso ainda contabilizado.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Por último, Deputado José Genoíno, o senhor foi, aqui, eu o encontrei aqui, em 1997, quando aqui estive. Naquela época, naquela reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve compra de votos aqui dentro, o Deputado Ronivon Santiago que aqui está hoje, e que foi provado por vários mecanismos, renunciou o Deputado Ronivon Santiago à época. O senhor lembra desse fato?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu me lembro, e o Deputado... um outro Deputado do Acre.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Chicão Brígido? Não. Ronivon Santiago, e tinha uma segunda pessoa...

O SR. JOSÉ GENOÍNO – É. Tinha uma segunda pessoa.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas o senhor lembra daquele episódio?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu me lembro daquele episódio e foi aquele episódio que produziu uma reunião histórica na CCJ, quando o então Ministro Sérgio Motta fez aquela defesa peremptória do Governo Fernando Henrique Cardoso e disse que aquela CPI era para desestabilizar o Governo Fernando Henrique Cardoso, e ele não ia permitir, e que o Governo tinha aquele plano de 10, 15, 20 anos.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor considera esse tipo de atitude, uma atitude condenável naquela época? A de compra de votos?



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado, eu citei aqui esse episódio com o seguinte sentido: quem está no Governo tem que investigar, porque tem instrumento para investigar. Quem está na Oposição tem que fazer a proposta de investigação, porque não confia no Governo. Eu estava me referindo ao episódio de ter-me manifestado contra a instalação da CPI dos Correios, porque o Governo tinha instrumento para isso. Em relação a votos, eu, Presidente do PT — do PT que participou de todas as negociações das principais polêmicas de emendas constitucionais e de projetos de leis —, nunca o vi participar, discutir voto por compensação financeira para compra de votos.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Tenho um expediente, recebido pela Presidência, do Deputado Jairo Carneiro:

“Tenho a honra de cumprimentar V.Exa. e dirigir-me ao cumprimento ao disposto no art. 235 do Regimento Interno da Casa, para dar conhecimento e merecer a acolhida de V.Exa. para os devidos efeitos do nosso propósito de deliberação de realizar viagem no dia de hoje, 20 de setembro de 2005, em Feira de Santana, minha terra natal, para participar de diversas inaugurações e da solenidade em que o Governador do Estado da Bahia, Dr. Paulo Souto, será agraciado com o título de Cidadão Feirense. Agradeço-lhe a atenção e consideração que V.Exa. deferir à presente solicitação.

Atenciosamente, Jairo Carneiro.”

Reitero a agenda para a semana do dia 20 de setembro, terça-feira, 10h: depoimento do Sr. Flávio Guimarães, do Banco BMG, testemunha arrolada pelo representante do PTB; dia 21, quarta-feira, 14h30min, testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Sandro Mabel, Deputados Pedro Chaves, Leandro Vilela e Pedro Canedo; dia 22, quinta-feira, 10h, depoimento da Sra. Kátia Rabelo, Presidente do Banco Rural, S.A., testemunha arrolada pelo representante do PTB. Convoco os senhores membros e intimo os senhores advogados do representado para reunião que será realizada na próxima terça-feira, 20 de setembro, às 10h para oitiva do Sr. Flávio Guimarães, depoimento solicitado pelo representando.



Agradeço, em nome do Conselho, a V.Exas, às ilustres advogadas e aos colegas advogados do representado a presença. E o cordial abraço do sempre colega e de todos do Conselho ao ilustre e emblemático Deputado Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.